AGROANALYSIS

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL. 43 | Nº 04 | ABRIL 2023 | R$ 15,00

FGV | CENTRO DE ESTUDOS DO AGRONEGÓCIO

ISSN 0100-4298



GOVERNO PRECISA MANTER O FOCO NA REFORMA TRIBUTÁRIA

INFLUENZA AVIÁRIA OS IMPACTOS PARA OS MERCADOS DE AVES E MILHO DO BRASIL

GESTÃO A FORMATAÇÃO JURÍDICA ADEQUADA PARA DENTRO E FORA DA PORTEIRA

MERCADO DE OPÇÕES FERRAMENTA DE PROTEÇÃO CONTRA A QUEDA DOS PREÇOS

FGV In Company

O **mercado reconhece**, as equipes acreditam e os **resultados aparecem**.

Promovemos soluções educacionais customizadas que alinham o sucesso de colaboradores com o de organizações, como a Boston Scientific do Brasil. Conheça os nossos programas validados no Brasil e no mundo e torne-se também um parceiro do FGV In Company.



"O programa desenvolvido em conjunto com o FGV In Company trouxe profissionais de várias áreas do mercado, inspirando nossos talentos a construir suas histórias de sucesso."

Eduardo Verges
Presidente da
Boston Scientific
do Brasil

Saiba mais:

FGV IN COMPANY

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou
Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Clovis José Daudt Darrigue de Faro, Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque (Licenciado)
Vogais: Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Eduardo de Freitas, Gilberto Duarte Prado, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Willy Otto Jordan Neto

CONSELHO CURADOR
Presidente: João Alfredo Dias Lins (Presidente em exercício)
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Antonio Alberto Gouvea Vieira, Cid Heraclito de Queiroz, Eduardo M. Krieger, Estado da Bahia, Estado do Rio Grande do Sul, Federação Brasileira de Bancos (Isaac Sidney Menezes Ferreira), IRB – Brasil Resseguros S.A. (Antônio Cássio dos Santos), Luiz Carlos Piva, Luiz Ildefonso Simões Lopes, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Maria Tereza Leme Fleury, Miguel Pachá, Pedro Henrique Mariani Bittencourt, Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Resseguros e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (Ronaldo Mendonça Vilela), Souza Cruz S/A (Jorge Irribarra)
Suplentes: Almirante Luiz Guilherme Sá de Gusmão, Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo, General Joaquim Maia Brandão Júnior, Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano, Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Monteiro Aranha Participações S.A., Nilson Teixeira, Raphael José de Oliveira Barreto, Ricardo Gattass, Sul América Companhia Nacional de Seguros (Patrick de Larragoiti Lucas)

Diretor da FGV EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cecília Fagan, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues, Teresa Cristina Vendramini e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editores-executivos: Evandro Faulin e Luiz Antonio Pinazza
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Fernanda Carvalho, Julia Travassos e Patricia Werner
Arte e Diagramação: Alexandre Monteiro
Revisão Textual: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Ana Caroline Teshima
Publicidade/Comercial: Ana Caroline Teshima
Estagiária: Victória Helena Corrêa de Almeida Gomes

Av. Paulista , 542 - 3º andar | São Paulo, SP
Tel.: (11) 3799-3645

ana.teshima@fgv.br
gvagro.fgv.br

Leia as edições anteriores da ***Agroanalysis***:

A **AGROANALYSIS** É UM DOS MAIS **IMPORTANTES VEÍCULOS** FORMADORES DE OPINIÃO NO **SETOR DO AGRONEGÓCIO.**

SÃO MAIS DE 40 ANOS NO MERCADO GARANTINDO A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO QUE CHEGA ATÉ VOCÊ!



http://gvagro.fgv.br
ana.teshima@fgv.br

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

FOCO NA REFORMA TRIBUTÁRIA

UM CENÁRIO preocupante para o Brasil neste momento é a possibilidade de uma crise sanitária causada pela gripe aviária. Embora nunca tenha registrado um caso do vírus, o País está preocupado com a possibilidade de migração de aves selvagens infectadas, pois o vírus H5N1 já chegou à América Latina, incluindo países vizinhos ao Brasil. O Governo tem adotado medidas rigorosas de segurança sanitária e programas em conjunto com o setor privado para manter o País livre da doença. É fundamental que as granjas privadas reportem possíveis casos o quanto antes para minimizar o impacto do vírus caso este entre no solo brasileiro, pois um surto de gripe aviária traria efeitos significativos para a economia.

Esta edição traz, também, um guia e uma *checklist* baseados na legislação vigente que auxiliam o produtor rural na definição da estrutura do seu negócio, levando em consideração as especificidades da sua atividade e o mercado a ser atingido. Demonstram, de forma muito objetiva, quando é possível registrar os negócios no Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou quando será necessário fazê-lo por meio do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Ainda sobre o tema de gestão, outro artigo de destaque da ***Agroanalysis*** apresenta o mercado de opções, que pode ser utilizado como uma ferramenta de proteção contra flutuações indesejadas de preços. O artigo aplica a abordagem do tema para os compradores de milho. Demonstra como avicultores, cerealistas e processadores de milho podem proteger suas margens quando houver aumento no preço da *commodity*. Por meio da posição em bolsa, o mercado de opções permite que compradores de milho estabeleçam um preço máximo ou mínimo para a compra do produto, proporcionando flexibilidade na gestão de risco de seus negócios, evitando distorções no preço de venda de frango, ovos e derivados de milho.

Por fim, o nosso artigo sobre governança destaca a necessidade crucial de haver uma diferenciação da estrutura formal de governança entre empresas de diferentes portes, atividades e estruturas de capital. É importante que as empresas estejam cientes de que, quanto maiores e mais diversificadas forem suas operações, mais complexa será a estrutura formal de governança. Nesse sentido, a adoção de boas práticas de governança, como transparência, integridade e responsabilidade, pode gerar um aumento da confiança dos investidores e uma melhoria na gestão de risco e na tomada de decisões estratégicas, gerando valor e sustentabilidade para o negócio a longo prazo. ■

ARCABOUÇO FISCAL X REFORMA TRIBUTÁRIA

O momento atual é muito importante! O Governo prepara o novo arcabouço fiscal que precisa garantir a estabilidade das contas públicas. Em paralelo, será votada a fase inicial da reforma tributária (RT), que altera os impostos sobre o consumo. Não será feita aqui uma análise das duas obras, já que todas as mídias só têm estado focadas nisso. A ***Agroanalysis*** está interessada em destacar que ambas estão intimamente interligadas. A carga tributária brasileira é considerada muito elevada, visto que, em troca, a população tem acesso a um serviço público precário na saúde, na educação, na segurança etc. Além de elevada, a carga tributária é injusta, porque incide mais sobre aqueles que têm menos.

Se o arcabouço fiscal ganhar confiança (a primeira impressão é positiva), o Banco Central do Brasil (BCB) irá reduzir os juros e o real será mais valorizado. Caso contrário, os juros permanecerão elevados. O ponto alto da discussão é a expectativa de inflação. Vale lembrar o Plano Real, em 1994: depois de inúmeras tentativas inúteis de planos e congelamentos, o então presidente Fernando Henrique Cardoso terminou com a inflação sem congelamento de preços e com inteligência e, principalmente, credibilidade. Credibilidade é a chave! Menos teoria monetária e mais credibilidade.

A RT, se aprovada sem muitas interferências, irá simplificar muito a vida das empresas. É impossível trabalhar com eficiência e eficácia frente a tantas variações: há diferenciação estadual de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), classificações distintas para produtos semelhantes, bem como alterações no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) que fornecem uma combinação não de dezenas, mas de milhares de alíquotas pelo País.

É evidente que alguns setores terão alíquota especial e que o prazo de transição será longo. Mas, se as duas obras forem bem-sucedidas, todos ganham. Nesse sentido, em 26 de abril próximo, o Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) promoverá um debate sobre a RT. O objetivo será ajudar a esclarecer dúvidas quanto aos impactos sobre o setor.

Se tudo andar na direção correta, o Brasil melhorará e, em 2024, poderá contar com a segunda fase da RT, corrigindo algumas possíveis injustiças.

04 CAPA EDITORIAL

06 ENTREVISTA
JÚLIO CÉZAR BUSATO
O CAMINHO PARA SER O MAIOR EXPORTADOR MUNDIAL DE ALGODÃO

09 FRASES & COMENTÁRIOS

10 MACROECONOMIA
PRESSÕES DESNECESSÁRIAS

11 AGRODROPS

15 MERCADO & NEGÓCIOS

15 CARTA DE CONJUNTURA DO AGRO

18 PRODUÇÃO DE AÇÚCAR NA UNIÃO EUROPEIA DEVE CAIR EM 2023

20 TRITICULTURA NACIONAL A CAMINHO DA AUTOSSUFICIÊNCIA

22 PACOTE CVM ESTIMULA O MERCADO DE FINANÇAS VERDES

24 ABERTURA E FLEXIBILIDADE NO MERCADO MUNDIAL DE AMENDOIM

28 CAPA INFLUENZA AVIÁRIA E OS RISCOS PARA O MERCADO BRASILEIRO

31 SUSTENTABILIDADE

31 AVANÇOS NO MERCADO VOLUNTÁRIO DE CARBONO

33 GESTÃO

33 DESMISTIFICANDO A GOVERNANÇA CORPORATIVA

35 CAPA AS OPÇÕES PARA A FORMATAÇÃO DOS NEGÓCIOS NO AGRO

37 CAPA *HEDGE* COM OPÇÕES PARA COMPRADORES DE MILHO

39



ABIOVE
BALANÇO DA SOJA EM 2022 E AS PERSPECTIVAS PARA 2023

41 NWF
A RESPOSTA PODE ESTAR MAIS PERTO DO QUE SE IMAGINA

43 FAESP
AGRONEGÓCIO EM 2023: BOAS PERSPECTIVAS E MUITAS PREOCUPAÇÕES

44 PRODUZIR
SINAL AMARELO PARA A REFORMA TRIBUTÁRIA E OS FUNDOS ESTADUAIS

45 OPINIÃO
PROGRAMA FEAP/PSA INCENTIVA PRODUTOR RURAL A ADOTAR PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

46 REFLEXÃO
O TEMPO E O VENTO

O CAMINHO PARA SER O MAIOR EXPORTADOR MUNDIAL DE ALGODÃO

JÚLIO CÉZAR BUSATO
Produtor rural
Da Redação

AS ELEIÇÕES para a presidência da Associação Brasileira dos Produtores de Algodão (Abrapa), desde a sua criação, em 1999, seguem uma linha sucessória preestabelecida na composição da Diretoria. Esse modelo permite saber, com antecedência e a longo prazo, quem são os próximos presidentes. No exercício do cargo da presidência da entidade durante o biênio 2021-2022, Júlio Cézar Busato traçou uma análise tendo quatro frentes de trabalho colocadas como prioritárias: qualidade, rastreabilidade, sustentabilidade e relações institucionais.

AGROANALYSIS: QUAL É O RESULTADO DA PRODUÇÃO DE ALGODÃO NESTA SAFRA 2022/23?

JÚLIO CÉZAR BUSATO: Mesmo tendo sido plantada num momento de custos nos patamares mais altos da história, os produtores mantiveram a área em torno de 1,65 milhão de hectares. Em comparação à safra 2021/22, houve uma expansão da cultura tanto em Mato Grosso, maior estado produtor, com 1,3 milhão de hectares (+10,39%), quanto na Bahia, o segundo maior, com 312 mil hectares (+1,80%). A colheita deverá ultrapassar 3 milhões de toneladas da fibra. Nos últimos anos, essa a marca foi batida apenas no ciclo 2019/20. Ainda é muito cedo para prever uma estimativa assertiva. As condições climáticas serão fatores definitivos para a confirmação.

Por causa do atraso na colheita de soja, a conclusão do plantio de algodão atrasou, tendo chegado perto do limite da janela permitida. Há dependência da produtividade para compensar uma safra plantada com custos altos e ter uma rentabilidade satisfatória. A elevação nos preços dos fertilizantes chegou a ser até quatro vezes mais alta do que o valor que vinha sendo pago. Sem esse insumo, não se forma a lavoura. Diante de um quadro que não era dos mais favoráveis, o produtor, comprometido, deu um importante recado para o mercado com pequeno acréscimo na área plantada.

FICOU DENTRO DO PROGRAMADO O DESEMPENHO DAS EXPORTAÇÕES?

JCB: No calendário de exportação da safra 2022/23, já no acumulado de sete meses – de agosto de 2022 a fevereiro último –, as exportações bateram em 1.119,2 mil toneladas, enquanto a receita chegou a US$ 2,22 bilhões. Apesar da queda de volume, a arrecadação superou em 3,1% a do mesmo período do ciclo anterior. Há muita colheita para exportar. Na primeira vez em que colheu mais de 3 milhões de toneladas, na safra 2019/20, a logística para fazer o produto chegar ao mercado gerava preocupação proporcional ao tamanho da produção. Desta vez, contamos com a experiência como referência positiva.


ABAPA.COM.BR

Com trabalho planejado em conjunto, envolvendo governos, portos, armadores, entre outros, espera-se superar os gargalos relacionados à infraestrutura e trazer mais previsibilidade para a organização do fluxo de exportação. Os recordes de embarques foram batidos naquele momento. Há capacidade para fazer o produto chegar ao destino. Isso traz segurança para o mercado internacional. Antecipadas, as empresas precisam programar as misturas das fibras nas fábricas. Parceira da Abrapa, a expectativa da Associação Nacional dos Exportadores de Algodão (ANEA) é de embarcar cerca de 1,71 milhão de toneladas em 2022/23.

RECÉM-CRIADA, A ENTIDADE [A ABRAPA] JÁ TINHA EM MENTE A IMPORTÂNCIA DA QUALIDADE, DA SUSTENTABILIDADE, DA PROMOÇÃO E DA RASTREABILIDADE.

COMO AVANÇA A RASTREABILIDADE NA CADEIA PRODUTIVA DE ALGODÃO?

JCB: Como parte dos quatro compromissos fundamentais da Abrapa, a qualidade, a sustentabilidade, a promoção e a rastreabilidade integram o Sistema Abrapa de Identificação (SAI), instituído em 2004 e inspirado no modelo americano. Recém-criada, a entidade já tinha em mente a importância desse conjunto. No início, as etiquetas dos fardos traziam apenas o número e a identificação da beneficiadora. Com a adoção do padrão de classificação internacional, o SAI incorporou os dados de classificação aferidos pelas máquinas High Volume Instruments (HVI), além de certificações como o programa Algodão Brasileiro Responsável (ABR) e o licenciamento da Better Cotton Initiative (BCI).

Em 2011, a partir da parceria com a GS1 Brasil, organização oficial responsável por fornecer códigos de barras (EAN/UPC) no mundo, montou-se o código dos fardos do algodão brasileiro. São vinte algarismos, dispostos em uma ordem preestabelecida, em que se tem a informação se a algodoeira é matriz ou filial, a identificação da prensa, o número do fardo, a sequência de nove dígitos que é o próprio GS1 e que identifica a algodoeira, dígito verificador etc. Assim, a Abrapa preparou-se para fornecer as informações do ABR para as Unidades de Beneficiamento de Algodão (UBA).

ESSE CONCEITO É BEM AMPLO?

JCB: Nada deixa mais claro o conceito de rastreabilidade da Abrapa do que o projeto SouABR, implantado em 2021, em parceria com a varejista de roupas masculinas Reserva. Depois, em 2022, com a maior loja de departamentos nacional, a Renner, foi criada uma coleção feminina. Primeira ação de rastreabilidade por *blockchain* da indústria têxtil nacional, o SouABR é a materialização do sonho de ver a cadeia produtiva rastreada "da semente ao guarda-roupa".

Tudo foi juntado no programa de promoção da fibra no mercado interno, com o movimento Sou de Algodão e o programa ABR. Assim, saímos pioneiros no mundo. O consumidor, na loja, com o próprio celular, abre o QR *code* e acessa tudo sobre aquela peça: a localização exata da fazenda, a foto do produtor e da unidade produtiva, onde foi beneficiado e feito o tecido, quem confeccionou e outras informações. Isso está em linha com a agenda mundial, com muitas outras marcas se habilitando a participar.

HÁ UMA PERCEPÇÃO DOS CLIENTES QUANTO AOS RESULTADOS DOS INVESTIMENTOS EM QUALIDADE?

JCB: Quando se fala em clientes para os cotonicultores, cabe lembrar que não se trata de pessoas, mas de empresas. São elos a jusante da cadeia produtiva, como as fiações, as malharias e as tecelagens e seus clientes, mais os *traders*, os corretores etc. Considerada uma das mais organizadas, profissionais e representativas cadeias produtivas do agro brasileiro, a de algodão investiu em projetos coletivos, com a conquista de resultados impossíveis para o produtor realizar – individualmente. Houve um grande salto de qualidade. Equiparamo-nos ao produto australiano, que é um dos melhores e planta 100% sob irrigação (enquanto nós estamos em regime de sequeiro).

Esse reconhecimento qualitativo repercute na valorização do produto aos olhos do mercado. O programa Standard Brasil HVI padronizou a análise da fibra no País. Internacionalmente, houve o reconhecimento pelo ICA Bremen, instituição de referência na certificação de algodão que integra um seleto grupo mundial de apenas onze laboratórios. Tudo isso influencia a percepção do cliente. O próximo passo envolve a certificação oficial, chancelada pelo Ministério da Agricultura, com trabalho conjunto. Quando estiver implantada e aceita por mercados, como o chinês, um passo gigantesco terá sido dado para assegurar qualidade à análise do algodão brasileiro.

AS MISSÕES INTERNACIONAIS DO PROGRAMA COTTON BRAZIL ESTÃO SENDO CUMPRIDAS?

JCB: Sim. As agendas estiveram muito intensas com o fim das medidas restritivas da pandemia de COVID-19. Chamamos de "Missões Vendedores" quando os produtores do Brasil vão ao mercado no exterior, nas programações de feiras, nas rodadas de negócios, nas visitas às indústrias, nas reuniões e nos eventos tradicionais da cotonicultura mundial. Em fevereiro último, houve um evento com industriais paquistaneses em

"ESSE RECONHECIMENTO QUALITATIVO REPERCUTE NA VALORIZAÇÃO DO PRODUTO AOS OLHOS DO MERCADO."

> **“SEM SUBSÍDIO E SEGURO AGRÍCOLA PARA AMENIZAR AS PERDAS, VALE A PENA SEGUIR UNIDO E ORGANIZADO.”**

Dubai (nos Emirados Árabes Unidos), durante a Expo 2020. Em seguida, o grupo partiu para a Turquia, onde houve mais dois eventos.

Em abril de 2022, o Cotton Brazil participou, de forma remota, do China National Cotton Exchange (CNCE), maior evento da cadeia de algodão da China, com público estimado em 45 mil empresários, produtores e técnicos. Em junho, a “Missão Vendedores” foi realizada. Dessa vez, três países foram visitados por produtores e exportadores brasileiros: Indonésia, Tailândia e Bangladesh. Ainda em junho, houve a Conferência Mundial da BCI, realizada na Suíça, onde foram apresentados os indicadores atestando a responsabilidade na cotonicultura brasileira.

E O SEGUNDO SEMESTRE?

JCB: No final de julho, foi recebida uma comitiva formada por representantes de indústrias de Bangladesh, Coreia do Sul, Paquistão, Turquia, Vietnã e México. Na chamada “Missão Compradores”, a agenda incluiu uma visita a fazendas e beneficiadoras em Mato Grosso, Bahia e Goiás e ao Centro Brasileiro de Referência em Análise de Algodão (CBRA), em Brasília.

Em setembro, houve a palestra em Davos (Suíça) sobre sustentabilidade para a Conferência Anual da International Textile Manufacturers Federation (ITMF) – organização que reúne indústrias têxteis de todo o mundo. Em novembro, um grupo de produtores e exportadores brasileiros participou, em Las Vegas (EUA), do evento comercial tradicional da International Cotton Association (ICA) – que, além de ser a associação mundial de comércio da fibra, é também um órgão arbitral.

Na quarta missão internacional ocorrida de 20 a 30 de novembro último, a comitiva brasileira de 120 pessoas esteve no Vietnã e na Indonésia, com a realização do Cotton Brazil Outlook, além de várias visitas técnicas a fiações e reuniões entre cotonicultores brasileiros e industriais vietnamitas e indonésios.

Para finalizar o ano, a Abrapa, a Embaixada do Brasil em Singapura e a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil) realizaram o Agritalks Brasil-Singapura. O evento focou em inovação, sustentabilidade e segurança na agricultura. Realizada pela primeira vez, a conferência teve como público-alvo executivos e grandes empresários do setor financeiro e do agro mundiais e contou com a participação de quase duzentas pessoas.

CHEGAREMOS A 2030 NA POSIÇÃO DE MAIOR EXPORTADOR MUNDIAL?

JCB: O prazo pode ser muito antes disso! Os Estados Unidos, número 1 do *ranking*, enfrentam problemas. Primeiro, pela possibilidade limitada de expansão na cotonicultura, no que tange a terras disponíveis. Segundo, pela dependência do clima. No Texas, onde está concentrada a maioria das lavouras americanas, a situação é complicada com a falta de chuva. É impressionante o abandono de áreas, porque não compensa colher. O caminho do Brasil rumo ao topo não ocorre por questões ligadas às ofertas de recursos naturais, como terra e água, pois o trabalho desenvolvido segue a pauta orientada por tecnologia e profissionalismo.

A produtividade do algodão brasileiro chega a ser três vezes superior à dos americanos. Isso faz toda a diferença. No passado, plantávamos 4 milhões de hectares para colher 1 milhão de toneladas de pluma. Com eficiência técnica, estamos produzindo mais com menos terra. É o retrato de um intenso investimento e trabalho bem-feito. Os produtores nacionais precisam ser produtivos, porque ninguém pagará o prejuízo se não formos competentes. Sem subsídio e seguro agrícola para amenizar as perdas, vale a pena seguir unido e organizado.

COMO ALINHAR A GESTÃO DA ABRAPA COM AS MUDANÇAS DE PRESIDENTE?

JCB: A Abrapa trabalha pelo desenvolvimento da cotonicultura no Brasil. Esta gera emprego e renda, além das preciosas divisas. Por ser uma entidade apartidária, estreitos canais de comunicação são mantidos no relacionamento com o governo federal. Prova disso é o programa Cotton Brazil, que faz parte do compromisso de promover a fibra no mercado externo, desenvolvido em parceria com a ApexBrasil e a ANEA. Conjuntamente, abriu-se um escritório de representação em Singapura, ponto estratégico para a intensificar a presença no mercado asiático.

A cada novo governo, a entidade reúne-se com os mandatários das pastas e o chefe do Executivo para expor a situação e explicar o *modus operandi* de atuação. São apresentados os programas estratégicos e as soluções desenvolvidas para superar gargalos e, é claro, apresentar as demandas existentes. Nesses mais de vinte anos, jamais houve qualquer tipo de empecilho ou portas fechadas da parte do Governo. Agora mesmo, o presidente da Abrapa, Alexandre Schenkel, fará parte da comitiva presidencial para a China. Isso diz bastante sobre a importância recíproca entre a cotonicultura e o Governo. ■

FRASES & COMENTÁRIOS


DIVULGAÇÃO

"O Brasil ocupa a posição de maior exportador mundial de carne bovina em 2023. No ano passado, a sua exportação foi de 2.264 mil toneladas, tendo como principal parceiro a China (55%)."

"A capacidade nacional é de produzir em larga escala para importadores exigentes, servindo especificidades desde as entregas de carnes *gourmet* até hambúrgueres."

ANTONIO JORGE CAMARDELLI, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec)

"A receita cambial da indústria brasileira de frangos, suínos e ovos gerou recursos superiores a US$ 169 milhões de 2000 a 2022, com mais de 3,8 milhões de contêineres exportados."

"Nos frangos, somos o segundo produtor, com 35% da exportação mundial. Nos suínos, ficamos na quarta produção, com exportação para oitenta países. Nos ovos, predomina o consumo interno, mas há muito espaço para o mercado externo."

"Sem cogitar imposto sobre exportação, o País precisa de mais investimentos em infraestrutura para continuar tendo competitividade diante dos países concorrentes internacionais."

RICARDO SANTIN, presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA)

"De olho focado no agro do futuro próximo, a prioridade para aumentar a colheita consiste em expandir a área agrícola nas pastagens de baixa tecnologia."

"A visão contemporânea agropecuária sustentável passa pelo respeito ao meio ambiente, com expansão de área sobre os pastos degradados com fraca produção."

CARLOS FÁVARO, ministro do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA)

"O mercado estima que o agronegócio precise, para girar uma safra – de julho a junho de cada ano –, de um valor superior a R$ 1 trilhão. (...) Cerca de um terço desse orçamento vem por meio de crédito subsidiado com o Plano Agrícola e Pecuário (PAP) e da poupança própria dos agricultores. (...) Para conseguir fechar essa conta, o setor tem recorrido a recursos com taxas de juros livres dos bancos e empréstimos potenciais oriundos do mercado de capitais."

BRUNO GOMES, superintendente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

"Desde 2019, há um importante avanço com participação do mercado de capitais e novas fórmulas para a concessão de créditos rurais pela iniciativa privada."

"Essa evolução abre uma nova janela de boas perspectivas para um setor cada vez mais intensivo em capital, graças às tecnologias e aos processos inovadores na agroindústria."

JACYR COSTA, presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Cosag/Fiesp)

"A maior produção na cana-de-açúcar para a safra 2023/24 aumentará a fabricação de açúcar, e o *mix* de fabricação do etanol dependerá da competição de preços com a gasolina."

"Diante da crescente insegurança energética existente no mundo, há espaço para o Brasil tirar vantagem desse contexto, com fontes renováveis de biomassa, solar e hídrica."

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

PRESSÕES DESNECESSÁRIAS

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV EESP)

NAS ÚLTIMAS semanas, o Banco Central do Brasil (BCB) voltou a estar sob fogo cerrado por conta da manutenção da taxa de juros Selic nos atuais 13,75% a.a. e pelo fato de ter alertado que ainda existem riscos associados à trajetória da inflação que podem levar a uma nova alta dessa taxa.

As pressões têm sido muitas em torno da autoridade monetária para reduzir a taxa básica de juros. Os argumentos, em grande parte de caráter puramente político, voltaram-se para a desaceleração da atividade econômica brasileira (com um menor crescimento previsto para este ano) e a queda recente da inflação.

De fato, a inflação brasileira tem dado sinais de queda nos últimos meses, mas esta tem sido lenta e não mostra ainda uma convergência clara para patamares mais baixos. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em doze meses até fevereiro, por exemplo, situa-se em 5,6% e deve recuar até meados do ano (por efeitos puramente estatísticos oriundos da desoneração dos combustíveis) e subir novamente até o final do ano, provavelmente situando-se acima de 6,0%. O próprio IPCA-15 acumulou uma alta de 2,0% no primeiro trimestre do ano, ficando abaixo dos patamares de 2021 e 2022 (próximos a 3,0%), mas bem acima da média de 1,0% acumulada no primeiro trimestre observada entre 2017 e 2020.

Adicione-se a esse quadro o fato de que a lógica fiscal do Governo para tentar equilibrar as suas contas reside, claramente, em um aumento da carga tributária. Esse processo, a exemplo do que foi feito em períodos anteriores, deve centrar-se em impostos indiretos e contribuições, que devem impactar os preços finais nos quais os tributos devem incidir. Em outras palavras, o ajuste proposto pelo Governo (e que este deverá levar adiante ao longo dos próximos meses), fatalmente, gerará mais inflação no curto prazo. Esse quadro, somado às incertezas sobre a trajetória da inflação futura, inspira cautela, o que foi corretamente lido pelo BCB na sua decisão mais recente sobre a taxa de juros.

O comportamento da atividade econômica também inspira cuidados na sua leitura. Embora a economia brasileira esteja exibindo alguns sinais de desaceleração na margem, esta ainda não é significativa. Os níveis de emprego permanecem melhores do que os observados em anos anteriores, com o setor formal da economia gerando vagas no início deste ano.

As preocupações acerca do elevado grau de endividamento das famílias e da alta inadimplência são justificáveis, mas os efeitos ainda só se fizeram sentir mais duramente nos setores de consumo sensíveis a crédito, como o de bens duráveis. Do lado das empresas, embora o evento de problemas envolvendo uma grande varejista, a piora das condições de crédito não se traduziu em um movimento de quebra generalizado. Em suma, ainda que a questão do crédito seja um ponto de atenção, a sua materialidade do ponto de vista da atividade econômica ainda gerou impactos limitados.

Na contramão desse quadro, a ampliação forte dos gastos do Governo neste ano, decisivamente, gerará um impulso sobre a atividade econômica. Esse efeito contrapõe-se ao aperto monetário promovido pelo BCB nos últimos trimestres.

Isso significa que ainda pairam incertezas acerca da atividade econômica brasileira nos próximos meses. A realidade dos fatos, no entanto, sugere que a queda não será tão acentuada quanto o previsto inicialmente. Nesse contexto, com um ritmo da atividade ainda relativamente bom, é difícil imaginar um alívio muito grande do lado da dinâmica dos preços por essa via.

Por fim, ainda há que ser considerado, nesse quadro, o ambiente externo, que se tornou mais hostil ante os problemas bancários ocorridos nas economias desenvolvidas recentemente. Um eventual agravamento desse quadro teria efeitos negativos nas economias emergentes, potencialmente levando à necessidade de um aperto monetário por parte dos Bancos Centrais nesses países.

A somatória desses elementos sugere que o BCB adotou uma postura correta em relação aos juros, pautando-se tecnicamente na decisão e deixando de lado as pressões políticas. Essa é uma das grandes vantagens de um Banco Central independente. ■

ALIMENTOS DEVEM ATUAR COMO UMA "ÂNCORA" DA INFLAÇÃO

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação – o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – de fevereiro (0,84%) foi superior à de janeiro (0,53%), acumulando uma alta de 5,60% nos últimos doze meses. Em contrapartida, a inflação da alimentação no domicílio foi menor em fevereiro (0,04%) em relação a janeiro (0,60%) – a menor taxa desde março de 2022 –, contudo acumula 10,51% de alta nos últimos doze meses. Projeções indicam uma safra recorde de grãos e uma desaceleração da economia global neste ano. Caso esse cenário se confirme, os alimentos poderão atuar como uma espécie de âncora da taxa de inflação da economia brasileira, puxando para baixo o índice médio de preços. No entanto, vale destacar que, provavelmente, haverá um aumento das cotações, só que em menor proporção do que o verificado no ano anterior.

CONAB REVISA ESTIMATIVA DA SAFRA 2022/23

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) divulgou o 6º Levantamento de Acompanhamento da Safra Brasileira de Grãos (2022/23). A nova projeção aponta um volume de 309,9 milhões de toneladas de grãos, o que, mesmo assim, representa um aumento de 13,8% (ou 37,5 milhões de toneladas) em relação à safra 2021/22. Se isso se concretizar, a safra de grãos, mais uma vez, será recorde. Nesse contexto, destacam-se as estimativas para a produção das seguintes culturas:

- Soja – passou de 152,9 milhões para 151,4 milhões de toneladas (-1,0%), por conta, sobretudo, da intensificação dos danos causados pela estiagem no Rio Grande do Sul;
- Milho – foi revisada para cima, passando de 123,7 milhões para 124,7 milhões de toneladas (+0,8%), devido a ajustes positivos na expectativa de colheitas de verão e inverno;
- Arroz – passou de 10,2 milhões para 9,9 milhões de toneladas (-2,8%), devido ao atraso da colheita. Com isso, a estimativa atual representa uma contração de 8,4% frente à safra anterior. Essa queda de produção deve ocorrer por conta da redução da área, juntamente às condições climáticas adversas presentes, notadamente, no Rio Grande do Sul (o principal estado produtor).

VINTE ANOS DO LANÇAMENTO DO CARRO *FLEX*

Referência entre as tecnologias de combustíveis alternativos, o sistema de injeção *flex-fuel* permite o funcionamento do carro, quando abastecido, com álcool, gasolina ou qualquer mistura de ambos. Esse lançamento do grupo Bosch revolucionou a indústria automotiva nacional em 2003. Com a entrada de empresas concorrentes e uma frota de 34 milhões de veículos, mais de 80% dos carros vendidos no País possuem, hoje, essa motorização. Híbridos *flex* estão em fase avançada de desenvolvimento, prestes a serem lançados. Desde 11 de setembro de 2010, os postos de combustíveis do País são obrigados a usar nas bombas a nomenclatura 'etanol', como produto utilizado para combustível.

FUNDOS DE INVESTIMENTO NAS CADEIAS PRODUTIVAS AGROINDUSTRIAIS

Lançados em agosto de 2021, os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro) fecharam o ano com um patrimônio líquido de R$ 1,6 bilhão. A cifra deu um salto para R$ 10,34 bilhões em 2022 – uma expansão de 544%. Nesse mesmo período, o número de Fiagro passou de 13 para 43 (+231%), enquanto a quantidade de contas foi de 14 mil para 181 mil (+1.193%). Os dados são da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). Com a experiência a ser adquirida pelos profissionais de mercado, esse desempenho favorável mostra o potencial para expandir e financiar o produtor rural, com enormes possibilidades de arrebatar cada vez mais investidores.

AUMENTO NOS ABATES DE BOVINOS E SUÍNOS

A Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, divulgada pelo IBGE em 15 de março último, demonstrou que o abate de bovinos voltou a registrar uma expansão de 7,5% a.a., totalizando 29,8 milhões de cabeças em 2022. A alta foi puxada pelo aumento do abate de vacas, com um crescimento de 18,7%, representando 4,6% do crescimento total dos abates bovinos.

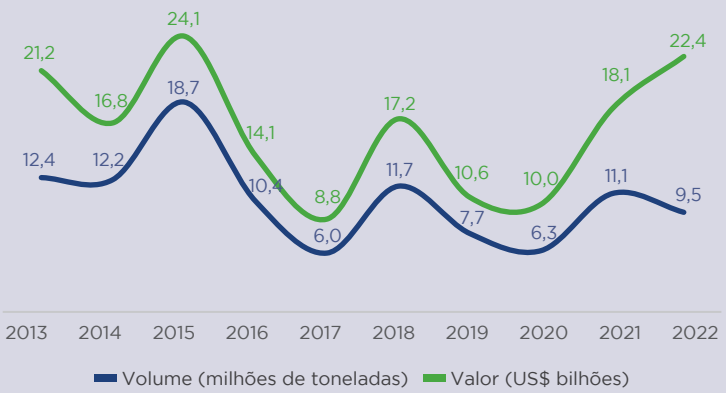
O abate de suínos também registrou um aumento no último ano (+5,9%), totalizando 56,1 milhões de cabeças, o que representa um novo recorde histórico.

Já o abate de frangos manteve-se estável frente ao ano anterior, totalizando 6,1 bilhões de cabeças, sendo o segundo maior número da série.

EXPORTAÇÃO DE OVOS GERA GRANDES DIVISAS PARA O BRASIL

O foco da produção nacional de ovos (52,1 milhões de toneladas) está no mercado interno. Porém, em 2022, o valor das exportações de ovos de poedeiras comerciais gerou divisas relevantes para o País. Esse desempenho favorável ajudou a superar a conjuntura especialmente difícil enfrentada pelo setor, tendo em vista a alta histórica dos custos de produção. Os principais países importadores são os Emirados Árabes Unidos (4.453 toneladas), o Qatar (1.107 toneladas) e o Japão (1.093 toneladas). Para este ano, a previsão é que as entregas voltem a crescer, com a abertura e a participação de novos parceiros importadores.

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE OVOS

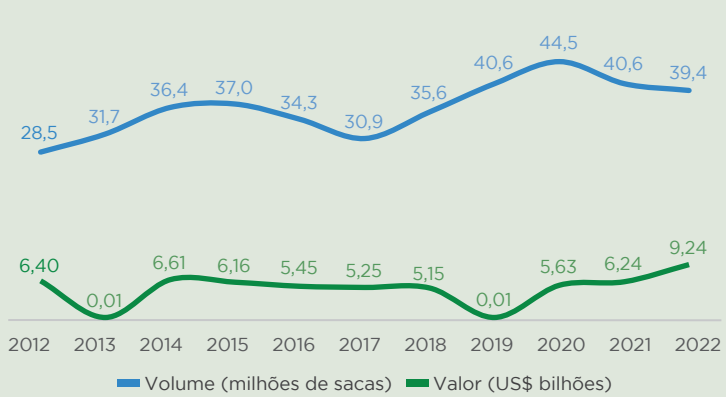


Fonte: SECEX

EXPORTAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉ ATINGE VALOR MÁXIMO HISTÓRICO

O Brasil atingiu recorde no valor histórico das exportações de café em 2022. A queda do volume exportado alavancou os preços, elevando a receita da balança comercial brasileira. O aumento dos fretes, as rolagens das cargas, os cancelamentos das reservas e as disputas de contêineres e de espaço para embarcações dificultaram os embarques e elevaram os custos. Ademais, adversidades climáticas limitaram a produção de café em 2021 e 2022, inibindo o volume exportado da *commodity*. Contrariando a tendência da bienalidade negativa, a expectativa é de que haja um aumento na produção neste ano.

BRASIL: EXPORTAÇÃO DE CAFÉ VERDE* E INDUSTRIALIZADO**



*Arábia e Conilon; **Torrado, moído e solúvel
Fontes: SECEX/MDIC; CECAFÉ; ABICS

IMPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA PELA CHINA

Em fevereiro último, foram detectados casos de encefalopatia espongiforme bovina (EEB) atípica no Brasil, popularmente conhecida como "doença da vaca louca". Com a notificação do evento à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), diversos países suspenderam a importação de carne bovina brasileira. Após análises laboratoriais terem indicado que não há risco de transmissão no rebanho, as negociações de exportação foram retomadas. A China, principal destino das exportações de carne bovina do Brasil, suspendeu o embargo imposto recentemente. Com isso, consolidam-se as projeções de um ano bastante positivo para o setor de proteína animal. O único ponto de atenção é o desempenho do mercado interno, principal consumidor do produto brasileiro. É necessário que a renda interna cresça em um ritmo um pouco mais acelerado para que o mercado interno possa absorver esse produto de alta qualidade.

FATOS SOBRE O FUNDO AMAZÔNIA

Em 2008, o Fundo Amazônia foi criado com o objetivo de captar recursos para investir em projetos que promovam a conservação e o uso sustentável da Amazônia Legal. Atualmente, o Fundo apresenta 102 projetos, em parceria com diversas entidades nacionais e internacionais, as quais devem estar totalmente alinhadas com as políticas e as diretrizes do Fundo, contribuindo com a redução do desmatamento. Em treze anos, o Fundo recebeu R$ 3,4 bilhões em doações, tendo como principais doadores a Noruega e a Alemanha. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é o responsável pela gestão desses valores.



SHUTTERSTOCK

POTENCIAL DE MITIGAÇÃO DE GEE NA SOJA

Em março último, o Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV) lançou o estudo "Potencial de Mitigação de Gases de Efeito Estufa das Ações de Descarbonização da Produção de Soja até 2030". O objetivo foi mostrar o potencial de mitigação dos gases do efeito estufa (GEE) da soja brasileira cultivada em sistema de plantio direto e com a introdução de eucalipto como componente florestal em sistema de integração Lavoura-Floresta (iLF).

Acesse o *dashboard* por meio do QR *code* a seguir:

MUDANÇA DO CAR PARA O MMA

Com a reestruturação dos Ministérios realizada pelo novo governo federal, o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) deixa o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) e passa a estruturar o Ministério do Meio Ambiente (MMA). Na opinião da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), o órgão deveria ser mantido no MAPA. Em entrevista para o portal AgroMais, Eduardo Assad, pesquisador do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro), analisa essa mudança do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para o MMA.

Assista à entrevista completa por meio do QR *code* a seguir:

OCBIO NO FÓRUM AMBIÇÃO 2030

O Fórum Ambição 2030, maior evento sobre sustentabilidade corporativa do Brasil, contou com a participação de várias lideranças empresariais, sociedade civil e representantes do poder público. Ao lado de Renata Piazzon, diretora do Instituto Arapyaú, Alessandra Fajardo, diretora de Relações Institucionais da Bayer, e Paula Costa, fundadora da PRETATERRA, Daniel Vargas, coordenador do OCBio, defendeu que a mudança climática se tornou um desafio moral, político e global.

Acesse o evento completo por meio do QR *code* a seguir:

SHUTTERSTOCK



CARTA DE CONJUNTURA DO AGRO

ANDRÉ DIZ[1], FELIPPE SERIGATI[2], ROBERTA POSSAMAI[3]

A CARTA de Conjuntura do Agro é uma iniciativa do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (FGV Agro) e tem como objetivo analisar o desempenho produtivo do setor agro (agropecuária e agroindústria) e apontar as expectativas para 2023. Entre as principais mensagens, tem-se os seguintes destaques:

- Soja – recorde na produção e na exportação; devido à situação da Argentina, há oportunidades para o Brasil também nas exportações de óleo de soja.
- Milho – boas perspectivas, inclusive nas condições climáticas, porém o cenário está condicionado ao Brasil conseguir realizar o plantio reduzindo o atraso já observado.
- Trigo – perspectivas favoráveis, com destaque para a produção no Cerrado brasileiro.
- Café – situação melhor do que nas duas safras anteriores, mas, como ainda há cafezais que não se recuperaram plenamente das secas e das geadas observadas anteriormente, o Brasil ainda não terá uma safra recorde.
- Cana-de-açúcar – produção será maior do que na safra anterior, porém não será recorde; contudo, os preços recebidos operam com cenários bem favoráveis, tanto para o açúcar, como para o etanol.
- Pecuária – apesar das turbulências devido ao embargo da China para as carnes brasileiras, esse choque se mostrou temporário e o Brasil deve prosseguir aumentando a oferta de carne, seja no mercado interno, seja para o setor externo.
- Agroindústria – deve desacelerar ao longo deste ano, devido, principalmente, à conjuntura doméstica, entretanto deve ser o ramo da indústria brasileira que registrará o maior crescimento (talvez seja o único).

SOJA: RECORDE NA PRODUÇÃO E NA EXPORTAÇÃO

A produção de soja alcançará 151,4 milhões de toneladas na safra 2022/23, segundo o 6º levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o que corresponde a 25,9 milhões de toneladas a mais do que na safra passada (+20,6%). Mesmo com as perdas registradas no Rio Grande do Sul, a produtividade média no restante do País (sobretudo no Centro-Oeste) mais do que compensará a queda no estado gaúcho. Entretanto, o excesso de chuvas, além de ter atrasado a colheita, poderá comprometer a qualidade dos grãos nas regiões mais afetadas.

Para as exportações, o cenário é bastante positivo. A produção americana sofreu com ondas de calor e seca, e as safras argentina e paraguaia também foram reduzidas pela seca. Considerando esse contexto, de acordo com a Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE), é esperada uma exportação recorde de 92,0 milhões de toneladas de soja em grão, 20,0 milhões de toneladas de farelo de soja e 1,8 milhão de toneladas de óleo (bruto e refinado).

Nesse sentido, vale destacar que, devido à quebra de safra da Argentina e aos seus contratos já firmados de exportação de óleo de soja, esse país terá, possivelmente, de importar o grão do Brasil para, então, poder fazer o esmagamento e produzir o óleo. Além disso, pode ser que uma parte da demanda mundial de óleo argentino migre para a economia brasileira nessa safra. Ou seja, o momento é favorável tanto para a exportação de soja em grão, como para a de óleo de soja.

MILHO: RECORDE NA PRODUÇÃO E LIDERANÇA MUNDIAL NAS EXPORTAÇÕES

Na safra 2022/23, de acordo com a Conab, o Brasil deverá produzir 124,7 milhões de toneladas de milho, um incremento de 10,2% frente ao ciclo anterior, que já foi o maior de toda a série histórica. Ou seja, novamente, a produção brasileira de milho ultrapassará o seu recorde. Para isso, há a expectativa de uma segunda safra de milho bem positiva, que deverá acontecer em um período de clima mais favorável (com clima neutro ou início do El Niño), sem excesso de chuvas na maior parte do País e, até o momento, sem forte escassez hídrica.

Contudo, é importante ressaltar que há um risco de atrasar o plantio da segunda safra, uma vez que, por conta do excesso de chuvas que vem ocorrendo no Brasil, a colheita de verão está atrasada. Apesar de o cenário não ser crítico até o momento, uma vez que ainda há tempo suficiente para a semeadura da segunda safra de milho (deve ocorrer até março no Centro-Oeste e no Sudeste e até julho nas demais regiões), seria importante que os produtores conseguissem uma janela de redução de chuvas para realizar o plantio, pois isso pode aumentar a probabilidade de haver uma boa segunda safra de milho (e, também, de feijão).

Por fim, vale destacar que, de acordo com a Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês), o Brasil deverá ultrapassar os Estados Unidos, na safra 2022/23, e

assumir a liderança mundial em volume de exportação de milho, totalizando 50,0 milhões de toneladas – o que representa uma quantidade 6,4% maior do que a estimativa de exportação do grão americano para esse ciclo e um aumento de 3,1% frente às exportações brasileiras da safra anterior.

TRIGO: CAMINHANDO PARA A AUTOSSUFICIÊNCIA

Com o conflito bélico entre a Rússia e a Ucrânia e a quebra de safra na Argentina, as cotações do trigo aumentaram significativamente – o preço da tonelada do trigo aumentou 10,7% entre 2021 e 2022, de acordo com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Cepea/Esalq/USP) –, uma vez que a oferta mundial ficou mais restrita ao mesmo tempo em que a demanda pelo cereal continuou aquecida. Consequentemente, os produtores brasileiros aumentaram a área plantada com essa cultura, a qual teve boa produtividade.

Com isso, o Brasil produziu a maior safra de trigo de toda a sua história, alcançando 10,5 milhões de toneladas e representando uma expansão de 37,4% frente à safra anterior, segundo a Conab. Vale ressaltar que a safra foi tão positiva que, com isso, o Brasil conseguiu alcançar uma exportação recorde desse produto, vendendo externamente um pouco mais de 3 milhões de toneladas, de acordo com o Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA).

Para a safra 2022/23, as perspectivas para a produção de trigo também são positivas, uma vez que as projeções da Conab indicam manutenção da produtividade e da área cultivada em um patamar similar ao observado no ciclo anterior, sendo que ambas bateram recorde. Além disso, é importante destacar que as elevadas produtividades de trigo que vêm ocorrendo nas produções do Cerrado, devido ao cultivo em dois sistemas (trigo irrigado e trigo de safrinha), podem ajudar a tornar o Brasil autossuficiente em um futuro próximo.

CAFÉ: PRODUÇÃO RECORDE MESMO EM UM ANO DE BIENALIDADE NEGATIVA

O café é uma cultura permanente, e a sua produção tem uma produtividade bianual, na qual há alternância entre um ano de bienalidade positiva (anos pares, tal qual 2022) e um ano de bienalidade negativa (anos ímpares, como 2021 e 2023).

Diante disso, a produção cafeeira do País alcançou um volume de 50,9 milhões de sacas de café beneficiado em 2022, correspondendo a uma alta de 6,7% frente à safra 2021, de acordo com a Conab. Porém, como foi já foi visto, 2022 foi um ano de bienalidade positiva e, em comparação a 2020 (outro ano com as mesmas condições), a produção sofreu uma retração de 19,3%. A safra 2022 foi prejudicada pelas condições climáticas adversas, tais como secas e geadas nas principais regiões produtoras do País.

Para a safra 2023, no entanto, o cenário é um pouco mais favorável. Apesar disso, vale ressaltar que os cafezais ainda não estão totalmente recuperados dos estragos causados pelas fortes secas e geadas dos últimos dois anos, além de a produção de café estar sofrendo bastante com as turbulências do mercado internacional. Mesmo com esse cenário e o fato de 2023 ser um ano caracterizado pela bienalidade negativa, a Conab estima uma produção de 54,9 milhões de sacas de café, o que representa uma alta de 7,9% frente à safra 2022 e de 15,1% em relação à safra 2021.

CANA-DE-AÇÚCAR: SAFRA 2022/23 DEVE SER FAVORECIDA PELO CLIMA MAIS ADEQUADO

Para 2022/23, as perspectivas para a produção de cana-de-açúcar são positivas, uma vez que o clima está mais favorável (chovendo bastante, com dias quentes e luminosos) do que no ciclo anterior (o qual foi prejudicado pela estiagem e pelas reduzidas temperaturas, sobretudo em junho e julho de 2021). Porém, é importante destacar que os canaviais ainda não estão totalmente recuperados das secas e das geadas. Logo, apesar de esperar uma produção maior, o crescimento não se dará em uma grande magnitude. Nesse sentido, a Conab projeta uma alta de 3,4% na produção frente à safra 2021/22, devendo totalizar 598,3 milhões de toneladas. De qualquer forma, o Brasil não deverá enfrentar um problema na oferta de cana-de-açúcar.

Vale salientar que a cana-de-açúcar é matéria-prima de, notadamente, açúcar e etanol, que possuem cenários diferentes em relação à demanda, porém ambos favoráveis:

- Açúcar – o mercado internacional deve enfrentar uma quantidade ofertada desse produto abaixo do esperado, uma vez que a Índia, ao atrasar o início da colheita de cana por conta das fortes chuvas que atingiram o seu território, pode fazer com que o produto chegue ao mercado mundial com atraso. Ou seja, nesse contexto, as exportações de açúcar brasileiro, possivelmente, serão favorecidas, uma vez que podem ocupar esse espaço, além de aproveitar o aumento das cotações desse produto por conta da oferta mundial menor.
- Etanol – o Brasil reonerou os combustíveis, entre eles o etanol. Contudo, a reoneração da gasolina deverá ocorrer em uma intensidade maior do que a do etanol, o que deverá elevar a competitividade do etanol frente à gasolina. Ou seja, há um cenário favorável também para a demanda desse produto do agro.

PECUÁRIA DE CORTE: AUMENTO DOS ABATES E REVERSÃO DO CICLO PECUÁRIO EM 2023

De acordo com a Pesquisa Trimestral do Abate de Animais, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de cabeças de

bovinos abatidos foi de 29,8 milhões em 2022, o que representou um aumento de 7,5% frente ao ano anterior.

Esse aumento dos abates foi puxado, notadamente, pela expansão de abates de vacas, que, por conta da sua relevância no total (26,9% em 2022) e da sua taxa de variação no período (18,7%), contribuíram com 4,6% do aumento de 7,5% de abates – ou seja, mais de metade da expansão de abates foi devido às vacas. Com isso, a fração de vacas nos abates aumentou de 24,3% para 26,9% no período, estando com uma participação relativa similar à de 2019, que foi o momento que antecedeu o surto de peste suína africana (PSA) na China.

O aumento do número de abates – sobretudo, o de vacas – indica a reversão do ciclo pecuário no País, que teve início já em 2022. Ou seja, o pecuarista está parando de reter fêmeas e aumentando os abates, o que deverá se refletir em uma expansão na quantidade ofertada de carne bovina ao longo deste ano. Além disso, o clima favorável nas principais regiões pecuaristas do Brasil deve melhorar as condições das pastagens nacionais, colaborando para a redução dos custos de produção da pecuária. Com isso, no próximo ano, deve diminuir o preço da arroba do boi no mercado brasileiro, que já começou a operar em patamares inferiores ao observado em 2022.

Apesar disso, no mercado interno, é esperado que a remuneração média dos ocupados perca fôlego ao longo deste ano, o que deve ocasionar uma dificuldade maior para a população brasileira absorver esse tipo de carne, que é mais caro. Logo, o mercado externo pode atuar como uma espécie de válvula de escape para a carne bovina, pelos seguintes motivos:

- Ao mesmo tempo em que a produção de carne bovina tende a ser maior no Brasil, a expectativa é de que o mundo tenha uma oferta menor, na medida em que é esperado que o maior produtor do Planeta, que são os Estados Unidos, reduza a sua produção, uma vez que contará com um rebanho menor, derivado de uma alta taxa de descarte nos anos anteriores e da entrada de animais mais jovens em confinamento devido à seca.
- O mercado externo conta com o processo de reabertura da China após o afrouxamento da política "COVID Zero", que deverá implicar um crescimento econômico maior desse país e, consequentemente, induzir a uma maior demanda de carne. Como os principais ofertantes de carne para o mercado mundial (Estados Unidos, Argentina, Uruguai e Austrália) não estão com capacidade para suprir a demanda adicional de carne chinesa, a carne brasileira pode ocupar essa lacuna.

Diante disso, de acordo com o USDA, a produção de carne bovina do Brasil deverá alcançar 10,56 milhões de toneladas em equivalente carcaça neste ano, correspondendo a um patamar recorde e representando um aumento de 2,0% em relação às estimativas de 2022 (de 10,35 milhões de toneladas). Vale ressaltar, no entanto, que a projeção do USDA ocorreu antes de surgir um caso de encefalopatia espongiforme bovina (EEB) atípica no estado do Pará, o que culminou com o embargo da carne brasileira, sobretudo, por parte dos chineses e que foi suspenso já em março último.

AGROINDÚSTRIA: PRODUÇÃO DEVERÁ CRESCER DE FORMA MODESTA, PORÉM MAIS DO QUE OS OUTROS ELOS INDUSTRIAIS

A partir dos dados do Índice de Produção Agroindustrial (PIMAgro), do FGV Agro, observa-se que a produção agroindustrial acumulou uma expansão de 1,1% em 2022 frente a 2021. Esse crescimento foi puxado, exclusivamente, pelo segmento de produtos alimentícios e bebidas, que expandiu 2,5%. O segmento de produtos não alimentícios, por sua vez, não conseguiu sair do campo negativo, contraindo 0,5% no período.

O melhor desempenho do segmento de produtos alimentícios e bebidas, possivelmente, refletiu o maior aquecimento do mercado interno. Já o segmento de produtos não alimentícios apresentou maiores dificuldades durante o período porque depende mais das condições econômicas externas, que sentiram as consequências da pandemia de COVID-19 e do conflito bélico no Leste Europeu.

Para este ano, é esperada, na melhor das hipóteses, apenas uma leve expansão (entre 0,0% e 1,0%) da agroindústria frente a 2022, uma vez que o bom momento do mercado de trabalho deve perder fôlego e que há a expectativa de um crescimento menor da economia brasileira, incertezas fiscais, inflação ainda elevada e, portanto, a possibilidade de um aumento da taxa básica de juros. Além disso, é esperado um maior desaquecimento da economia global.

Apesar do desempenho modesto para a agroindústria, ela deverá crescer mais do que a indústria geral e do que a indústria de transformação – talvez, a agroindústria seja o único elo industrial com variação positiva em 2023. Entre as razões que podem explicar um desempenho melhor da agroindústria em comparação ao restante da indústria, estão: (i) as exportações de carne estarão favorecidas pelo possível aumento da demanda da China; (ii) o consumo de produtos agroindustriais tende a ser mais inelástico do que o dos demais ramos industriais; e (iii) uma parte da agroindústria brasileira atende a agropecuária do País (com fornecimento de insumos, como fertilizantes, defensivos agrícolas, máquinas, equipamentos etc.), que deverá apresentar um crescimento mais robusto neste ano. ■

1 Pesquisador do FGV Agro – acosta.diz@gmail.com
2 Professor e pesquisador do FGV Agro – felippe.serigati@fgv.br
3 Pesquisadora do FGV Agro – roberta.possamai@fgv.br

PRODUÇÃO DE AÇÚCAR NA UNIÃO EUROPEIA DEVE CAIR EM 2023

PLINIO M. NASTARI*

A União Europeia (UE) tem enfrentado grandes desafios na produção de beterraba. No ano anterior, a região passou por uma forte seca, o que afetou significativamente a safra 2022/23. Para este ano, com a disparada nos preços dos grãos e o aumento nos custos de produção, há uma expectativa de retração na área cultivada. A saída será recorrer ainda mais às importações, a fim de preencher o déficit no seu balanço doméstico.

APÓS O desastre na safra 2022/23 em razão do clima seco que assolou as lavouras de beterraba em boa parte da Europa, os produtores dessa cultura na UE e no Reino Unido esperavam enxergar alguma luz no fim do túnel para a safra 2023/24, graças à recuperação dos preços do açúcar, em particular do açúcar branco, no mercado mundial. Contudo, a esperança por alguma recuperação na produção de açúcar na próxima temporada não deverá se materializar.

Um dos fatores a ser levado em conta é a disparada dos preços dos grãos, que tem elevado a competitividade por terra para o seu cultivo, visto que a beterraba é uma cultura de rotação plantada depois de dois anos consecutivos

SHUTTERSTOCK



de trigo ou um ano de trigo e outro de milho. Outro fator é o aumento dos custos de produção. A decisão do Tribunal de Justiça da União Europeia (TJUE) de banir o uso de inseticidas neonicotinoides jogou um balde de água fria sobre os planos dos agricultores de resgatar a produção de beterraba no continente. Como resultado, há a expectativa de que a área cultivada com a hortaliça na UE sofra uma nova retração neste ano.

Ainda que o plantio de beterraba cresça na região leste do continente, a previsão é de que esse plantio caia em torno de 21 mil hectares em todo o bloco europeu, totalizando 1,407 milhão de hectares em 2023. Apenas na França, a área cultivada com beterraba deverá encolher 6% neste ano, para 378 mil hectares, a menor área cultivada com a hortaliça no país em quatorze anos.



Consequentemente, a UE e o Reino Unido deverão produzir menos açúcar do que o esperado na safra 2023/24 (outubro a setembro). Diante da retração do plantio, em adição aos impactos da ausência de investimentos em tratos nas lavouras, em função da proibição do uso de neonicotinoides não somente nas lavouras, mas também nas sementes, a expectativa é de que a produção combinada de açúcar da UE e do Reino Unido caia para 14,80 milhões de toneladas, valor branco; portanto, abaixo dos 15,10 milhões de toneladas produzidos em 2022/23. Na safra 2017/18, a produção do bloco foi de 21,32 milhões de toneladas de açúcar branco equivalente.

A UE e o Reino Unido não terão outra saída a não ser recorrer ainda mais às importações, a fim de preencher o déficit em seu balanço doméstico. Para 2023/24, o consumo de açúcar para uso humano, o uso industrial e a fabricação de etanol devem somar 18,41 milhões de toneladas. Com exportações projetadas de 0,45 milhão de toneladas, a UE e o Reino Unido não terão alternativa senão aumentar as importações de açúcar de 2,95 milhões de toneladas, em 2022/23, para 3,70 milhões de toneladas, em 2023/24.

De um exportador líquido de açúcar até a década de 2010 – com exportações médias anuais de 7,50 milhões de toneladas –, a UE passou a conviver com um quadro estruturalmente deficitário no balanço doméstico a partir da safra 2018/19.

Essa transformação ocorreu a partir do momento em que a UE foi forçada a alterar o seu regime açucareiro de quotas de produção e de preços subsidiados de exportação após ser condenada em uma ação histórica promovida na Organização Mundial do Comércio (OMC) conjuntamente por Brasil, Austrália e Tailândia contra as suas exportações subsidiadas de açúcar.

Tal ação foi promovida entre 2002 e 2005, sendo reconhecida como a maior disputa comercial na história da OMC, ao envolver os três países demandantes, como requeridos a Comissão Europeia e os seus, à época, 25 Estados-membros, e outros 31 países que se apresentaram como partes interessadas na ação, todos interagindo simultaneamente em cada uma das fases do processo. Após um longo curso, que envolveu a elaboração de um minucioso estudo econômico que embasou a tese dos demandantes, a UE foi condenada a extinguir o seu esquema de exportações subsidiadas de açúcar, que era calcado num intricado sistema de quotas de produção e exportação dos seus excedentes.

Tendo a UE passado de exportador líquido de 7,50 milhões de toneladas para a condição de importador líquido de 3,25 milhões de toneladas, deu-se uma inversão no fluxo de comércio de quase 11,00 milhões de toneladas anuais de açúcar. Considerando um preço médio de US$ 510 por tonelada, trata-se de um fluxo de mais de US$ 5,5 bilhões anuais.

Com um setor enfrentando dificuldades para recuperar o seu espaço perdido, sobretudo por conta dos elevados custos de produção, a UE, junto do Reino Unido, deve permanecer no jogo do comércio mundial de açúcar como importadora líquida da *commodity* não só em 2023/24, como também nos próximos ciclos.

No mesmo período, o Brasil passou de uma exportação total de açúcar de 16,90 milhões de toneladas, *tel quel* na safra 2005/06, para projetados 32,95 milhões de toneladas, *tel quel* na safra 2023/24, consolidando-se como o maior produtor e exportador mundial da *commodity*. ■

* Presidente da DATAGRO

TRITICULTURA NACIONAL A CAMINHO DA AUTOSSUFICIÊNCIA

DA REDAÇÃO

Com um crescimento previsto de 37,4%, a produção de trigo deve atingir 10,55 milhões de toneladas no Brasil, batendo o segundo recorde consecutivo. O principal estímulo vem do significativo aumento nas cotações do grão nos últimos dois anos.

NA PRODUÇÃO dos três principais cereais plantados no mundo, o trigo aparece em segundo lugar, atrás do milho e à frente do arroz. Os produtos derivados de trigo fazem parte da refeição diária do brasileiro, com um consumo anual entre 11 milhões e 12 milhões de toneladas. Apesar dessa importância, trata-se da *commodity* agrícola mais importada pelo País até hoje. Agora, a cultura prepara-se para marchar firme em direção à sua autossuficiência.

A comercialização nacional de trigo foi regulamentada pelo Decreto-Lei nº 210, de 27 de fevereiro de 1967, sendo a operação feita na Comissão de Compra do Trigo Nacional (CTRIN), sob a responsabilidade do Banco do Brasil e

SHUTTERSTOCK



vinculada à Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB).

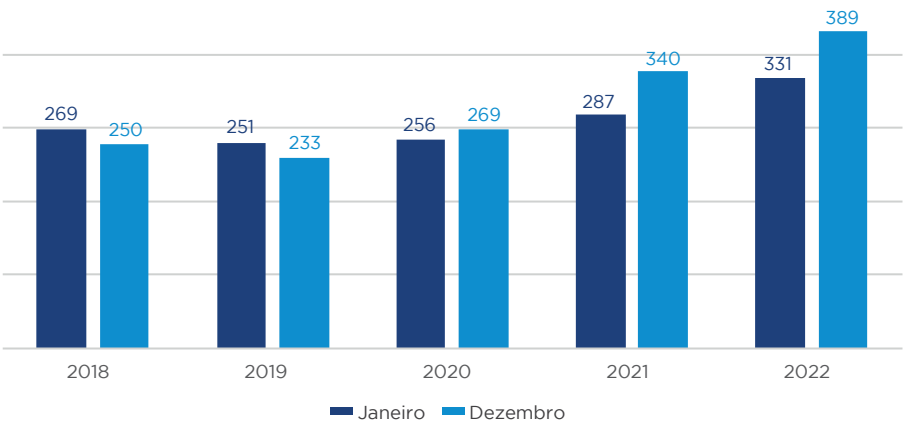
Com a Lei nº 8.096, de 21 de novembro de 1990, a comercialização de trigo e farinhas passa a ser livre, sendo o produto de qualquer procedência, em todo o território nacional. A desregulamentação e a abertura do mercado causaram um profundo impacto sobre o setor. Nessa época, havia uma plena desvinculação comparativa entre o maior preço interno e o internacional.

EVOLUÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA

Neste século, a comercialização de trigo ganhou outra configuração, tanto na questão de preços, como na qualidade específica exigida pela indústria de transformação. Com a diversificação e a ampliação de produtos para escolher, o caminho a ser seguido pelo mercado tomou novos rumos. As pesquisas passaram a sinalizar os padrões de preferência e as tendências alimentares dos consumidores.

A partir da segunda metade da década de 2010, com o alinhamento entre os setores de pesquisa, produção, indústria e consumo, inovações começaram a ser introduzidas na cadeia produtiva de trigo. A troca de conhecimento proporcionada por essa integração explica a evolução ocorrida no setor. Os parâmetros de qualidade aprimoraram-se para atender as diferentes demandas segmentadas nos mercados de panificação, biscoito, macarrão, bolo, entre outros.

EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES MÉDIAS MENSAIS DE TRIGO FOB GOLFO
(US$ POR TONELADA)



Fonte: CME Group

BRASIL: BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE TRIGO
(MILHÕES DE TONELADAS)

ANO-SAFRA	Produção	Importação	Suprimento	Exportação	Consumo
2017/18	4,26	6,39	10,65	0,21	11,25
2018/19	5,43	6,74	12,17	0,58	11,36
2019/20	5,15	6,68	11,83	0,34	11,86
2020/21	6,23	6,08	12,31	0,82	11,60
2021/22	7,68	5,80	13,48	3,05	12,75
2022/23*	10,55	5,80	16,35	3,10	12,39

*Estimativa
Fonte: Conab

Os resultados favoráveis alcançados no cumprimento das metas do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptação às Mudanças Climáticas Visando à Consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura (Plano ABC) para 2020 – que foram lançados em 2010 pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – criam cenários promissores para as lavouras brasileiras no horizonte de 2030 (já na forma de Plano ABC+). A *performance* tecnológica do grão de trigo entra em evolução para atender as demandas das grandes indústrias de processamento de farinhas, pães e derivados.

PRONTO PARA CRESCER

Os serviços nos setores de transporte e logística foram afetados pelas medidas de controle à pandemia de COVID-19, provocando redução da capacidade e elevação dos custos nas embarcações.

Por sua vez, a guerra entre a Rússia e a Ucrânia – dois países importantes no comércio de produtos agrícolas – trouxe um ambiente de insegurança para o mercado. No caso específico do trigo, as cotações internacionais foram bastante pressionadas. O impacto sobre o Brasil foi ainda mais acentuado por causa da desvalorização do real com relação ao dólar, havendo um aumento no preço da saca de 60 quilos de R$ 31,40 para R$ 83,40 no Rio Grande do Sul, ou seja, mais 165,6%, entre 2018 e 2022. Esse quadro reverberou em outros estados.

Essa conjuntura de preços altos no trigo melhorou a remuneração e estimulou a produção da cultura no Brasil, que cresceu 80,2% entre as safras 2017/18 (4,26 milhões de toneladas) e 2021/22 (7,68 milhões de toneladas). Com uma colheita recorde na última temporada, a perspectiva segue positiva para 2022/23, com uma nova ampliação na colheita, de 37,4% (10,55 milhões de toneladas). Nesse ritmo de ascendência, a quantidade produzida será suficiente para atender a demanda interna. ■

PACOTE CVM ESTIMULA O MERCADO DE FINANÇAS VERDES

MARCELA PITOMBO*

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM), autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, publicou um conjunto de medidas e inovações normativas que trazem reflexos diretos para o agronegócio brasileiro, oferecendo aos empreendedores do setor acesso ao mercado de capitais, além de fortalecer a segurança jurídica para a atração de investimentos no mercado de finanças verdes brasileiro.

O INÍCIO do ano foi marcado pelo anúncio de acordos de cooperação técnica e inovações normativas publicadas pela CVM, com impacto direto sobre o agronegócio. Tais acordos buscam, respectivamente, o fortalecimento dos mecanismos de acesso dos empreendedores do setor ao mercado de capitais e a alavancagem do mercado de finanças verdes no Brasil.

O primeiro dos acordos é o convênio da CVM celebrado com o Instituto Pensar Agropecuária (IPA), que reúne cerca de cinquenta entidades representativas do setor. O objetivo é realizar um *roadshow* de eventos conjuntos de capacitação, como seminários, fóruns, estudos e pesquisas para a produção de materiais educacionais. O foco é ampliar o conhecimento e o acesso a investimentos vindos de empreendedores e investidores do setor agropecuário.

O acordo objetiva atrair o agronegócio para o mercado financeiro e tem o potencial de captar até R$ 600 bilhões de crédito para o produtor rural – dois terços do necessário –, podendo atingir, em cinco anos, a marca de R$ 3 trilhões em operações em estoque, segundo a CVM.

Na última semana de janeiro deste ano, houve a publicação da Portaria CVM/PTE nº 10, que aprova a Política de Finanças Sustentáveis da CVM. Tal medida estabelece que a valorização das atividades e dos projetos econômicos sustentáveis e as tomadas de decisão de investimentos no setor financeiro devem ser pautadas por fatores ambientais, sociais e de governança (ESG, na sigla em inglês, ou ASG, na sigla em português).

Entre as diretrizes estratégicas norteadoras da nova política instituída, destacam-se:

- Fomentar as finanças sustentáveis no âmbito do mercado de capitais, reconhecendo seu papel fundamental na atração de investimentos e no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estabelecidos pela Assembleia-Geral das Nações Unidas;
- Fortalecer, conforme as especificidades dos setores econômicos, a transparência das informações ESG no mercado, de modo a viabilizar sua incorporação para as tomadas de decisão de investimentos;
- Direcionar ações de supervisão que busquem coibir o *greenwashing* ("lavagem verde", para aquelas empresas que se dizem sustentáveis, mas que não o são) no âmbito do mercado de valores mobiliários;
- Promover cooperações técnicas e trocas de experiência em finanças sustentáveis;
- Incentivar a educação financeira e a inovação como ferramentais para o engajamento e a disseminação das finanças sustentáveis.

Sob o ponto de vista prático, a política será executada por meio de um plano de ação elaborado pela CVM. Poderão ser incluídos ações e projetos de sustentabilidade em linha com compromissos assumidos voluntariamente, bem como aqueles decorrentes de leis e regulamentos aplicáveis à administração pública, tais como o Acordo de Paris, ratificado pelo Decreto nº 9.073/17.

OUTRAS MEDIDAS COMPLEMENTARES

Na mesma linha, a Resolução CVM nº 59, publicada em 2021, e o novo marco regulatório que se dá a partir da Resolução CVM nº 175, de 23 de dezembro de 2022, trazem importantes definições no campo de ESG para temas como crédito de carbono, combate ao *greenwashing* e criptoativos ambientais.

O novo marco regulatório, que entrou em vigor no dia 3 deste mês, prevê medidas de combate ao *greenwashing* e consolida a agenda ESG como baliza irrevogável para o mercado financeiro brasileiro, representando um avanço jurídico para os arranjos negociais verdes no País.

No mesmo sentido, a Resolução CVM nº 175 define que o crédito de carbono,



SHUTTERSTOCK

a descarbonização e os criptoativos ambientais são ativos financeiros. Tal reconhecimento fica condicionado ao registro em sistema e de liquidação financeira de ativos autorizados pela CVM ou pelo Banco Central do Brasil (BCB) ou, ainda, negociados em mercado autorizado pela CVM.

Quanto ao mercado de carbono, observa-se que o texto do novo marco regulatório restringe a emissão dos créditos de carbono à autorização do governo brasileiro ou internacional. Já o Decreto nº 11.075/22 (que versa sobre os Planos Setoriais de Mitigação das Mudanças Climáticas e o Sistema Nacional de Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa) vincula a emissão de créditos a um mercado voluntário ou regulado. Ou seja, há uma interpretação mais abrangente do que a apresentada na Resolução CVM. Sendo assim, fica evidente a necessidade da uniformização de entendimento para conferir uma maior segurança jurídica sobre o tema.

Em relação ao *compliance* como um meio de combate ao *greenwashing*, a Resolução CVM nº 175 determina que os fundos que desejam vincular suas denominações a termos como "ESG", "ASG", "ambiental", "verde", "social" e "sustentável" devem atender os seguintes requisitos:

- Informar os benefícios ambientais, sociais ou de governança esperados e como a política de investimento busca alcançá-los;
- Definir metodologias, princípios ou diretrizes seguidos para a qualificação do fundo, conforme sua denominação;
- Determinar a entidade responsável por certificar a qualificação do fundo;
- Especificar a forma, o conteúdo e a periodicidade de divulgação de relatório sobre os resultados ambientais, sociais e de governança alcançados pela política de investimento no período, assim como identificar o agente responsável pela elaboração do relatório.

Por fim, o pacote de medidas da CVM vai além do fortalecimento da agenda ESG; torna evidente que, para viabilizar as políticas de investimento e alavancagem do mercado de finanças verdes no Brasil, é necessário considerar a transversalidade dos fatores ESG. Além disso, é indispensável a ação combinada dos setores público e privado, sobretudo para o agronegócio, que tem capacidade orgânica de liderar o novo mercado. ■

* Coordenadora de PSA, Créditos de Carbono e Negócios Verdes da MoselloLima Advocacia, presidente da Comissão Nordeste de Meio Ambiente Agrário e Sustentabilidade da União Brasileira dos Agraristas Universitários (UBAU) e membro da Comissão Especial do Agronegócio da Ordem dos Advogados do Brasil na Bahia (OAB-BA) – marcelapitombo@mosellolima.com.br

ABERTURA E FLEXIBILIDADE NO MERCADO MUNDIAL DE AMENDOIM

JOSÉ ANTONIO ROSSATO JR.*

As principais oportunidades para o amendoim brasileiro estão na China e na União Europeia (UE). Para aproveitá-las, é importante a construção de uma relação comercial embasada em respaldo diplomático e técnico.

AS EXPORTAÇÕES brasileiras de amendoim em grãos e amendoim semielaborado ampliam-se e consolidam uma posição no mercado mundial. De 2019 a 2022, os embarques passaram de 198 mil para 293 mil toneladas (+48%). Agora, chegam a 118 destinos diferentes. Apesar dessa robusta trajetória no comércio externo, alguns desafios devem ser enfrentados, sendo o mais recente advindo da guerra entre a Rússia e a Ucrânia.

Há um ano, a visão era de cautela, tendo em vista a elevada dependência das exportações do Brasil concentrada nesses dois países, com 47,6% do volume total em 2021. Em 2022, essa participação era de 36,6%, com vendas significativas

SHUTTERSTOCK

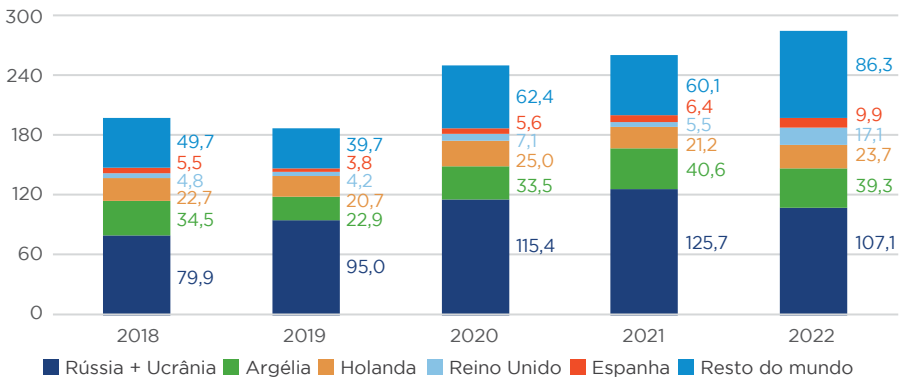


e contínuas para a Rússia (98,3 mil) e a Ucrânia (8,8 mil). Enquanto a Rússia se manteve, de forma surpreendente, como principal cliente, a Ucrânia apresentou o amendoim como o segundo principal a auferir receita.

Embora tenha havido uma redução de 15% (18,6 mil toneladas) no volume exportado para a Rússia e a China, 2022 apresentou um incremento substancial no despacho para destinos alternativos, como Reino Unido, Espanha, Polônia, Colômbia, Turquia, Austrália e Emirados Árabes Unidos. A quantidade importada por esses países (64,9 mil toneladas) significou um aumento de 80% em relação àquela importada em 2021 (28,9 mil toneladas).

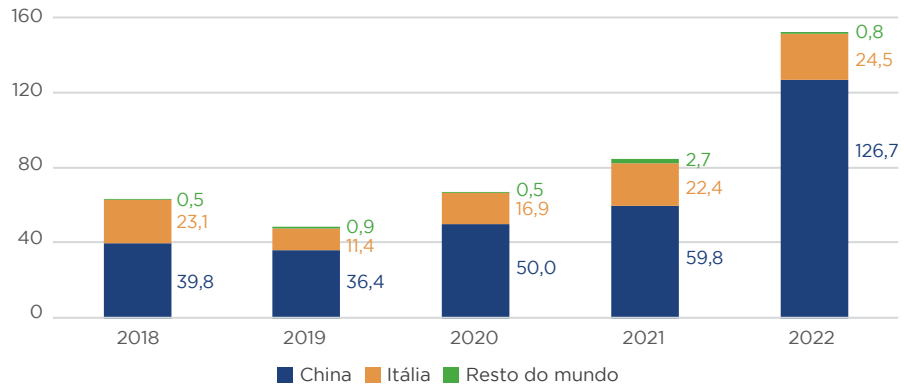
O óleo de amendoim também apresentou um aumento na exportação. Fatores importantes drenaram um montante expressivo de grãos do Brasil, como safra elevada, cotações favoráveis e câmbio com o dólar valorizado. Assim, houve um crescimento substancial nas exportações, com um aumento de 79% em relação a 2021, atingindo o volume de 152 mil toneladas, tendo dois países predominantes como destino: China (83%) e Itália (16%). Nos últimos cinco anos, o crescimento geral foi notável, de 139%.

BRASIL: PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES DE AMENDOIM
(MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: Comex Stat

BRASIL: PRINCIPAIS DESTINOS DAS EXPORTAÇÕES DE ÓLEO DE AMENDOIM
(MILHÕES DE TONELADAS)



Fonte: Comex Stat

OPORTUNIDADES NA CHINA E NA UNIÃO EUROPEIA

A alta qualidade do amendoim, a relação de confiança com os clientes e a resiliência dos exportadores foram fundamentais para atenuar as consequências da guerra e reposicionar o País no mercado global.

Com um *status* de liderança e dotado de um potencial enorme para se tornar mais relevante nas importações, o setor produtivo da China desponta como um auspicioso cliente do continente asiático. No mundo, o país, mesmo na condição de primeiro colocado na produção, com 18,3 milhões de toneladas (37%), demanda um volume adicional, importando 1,1 milhão de toneladas (26%).

O Brasil deverá dar pleno suporte diante da abertura oficial do mercado para exportação de amendoim em grãos. Para isso, será crucial planejar o trabalho com respaldo diplomático e técnico de sabedoria para a construção de uma sólida relação bilateral.

Outra oportunidade a ser somada pelo Brasil está no recente anúncio da União Europeia (UE) acerca da flexibilização do controle oficial para importação de amendoim brasileiro. A decisão mostra que a segurança alimentar se coloca como agenda prioritária pelos países. Essa iniciativa deve ampliar o comércio de amendoim brasileiro junto ao bloco europeu, atualmente restrito a apenas 10,3% do volume total comercializado pela Argentina, principal parceiro da UE.

A expectativa da produção nacional para a safra 2022/23 aponta um volume em torno de 750 mil toneladas de amendoim em grãos. O destino dessa colheita passa a ter a flexibilidade das barreiras não tarifárias da UE e da China, dois importantes vetores de crescimento para o amendoim brasileiro. Passa, então, a ser determinante o equilíbrio no destino das exportações para incrementar a renda do produtor e estimular a originação no campo. ■

* Doutor em Agronomia pela Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (FCAV/Unesp) no *campus* de Jaboticabal e vice-presidente do Conselho de Administração da Coplana – Cooperativa Agroindustrial


LAVOURA PRODUTIVA E SAUDÁVEL É LAVOURA BEM NUTRIDA!
A linha para **Adubação** da **Jacto** leva os nutrientes até as plantas com alta precisão, **sem desperdício de insumo - melhor aproveitamento e economia para o seu bolso!**
Controle Automático de 12 Seções
Economia de até 15% de fertilizantes*
A faixa de aplicação é dividida em 12 seções controladas automaticamente.
*Dependendo do formato da área aplicada e comparado à um sistema convencional.
jacto.com
Conheça a **família NPK** e se orgulhe dos resultados!


FUNDAÇÃO MT
TESTADO
2ucb.com.br
jacto

INFLUENZA AVIÁRIA E OS RISCOS PARA O MERCADO BRASILEIRO

RODRIGO SILVA[1], FELIPE DE LIMA JUNQUEIRA FRANCO FABBRI[2]

O Brasil é o maior exportador de carne de frango e nunca registrou influenza aviária. Com o quadro de casos da doença na América do Sul, há uma forte apreensão em todo o setor nacional.

A INFLUENZA aviária é uma doença viral altamente contagiosa que afeta principalmente aves domésticas e silvestres. A sua epidemia, geralmente, resulta em consequências severas para as saúdes humana e animal e a economia.

A transmissão do vírus por aves migratórias é a maior problemática na transmissão da doença, pois elas são portadoras, normalmente, assintomáticas. Ao carregar o agente contaminante, podem transmitir o vírus via aerossóis e secreções quando próximas às granjas comerciais.

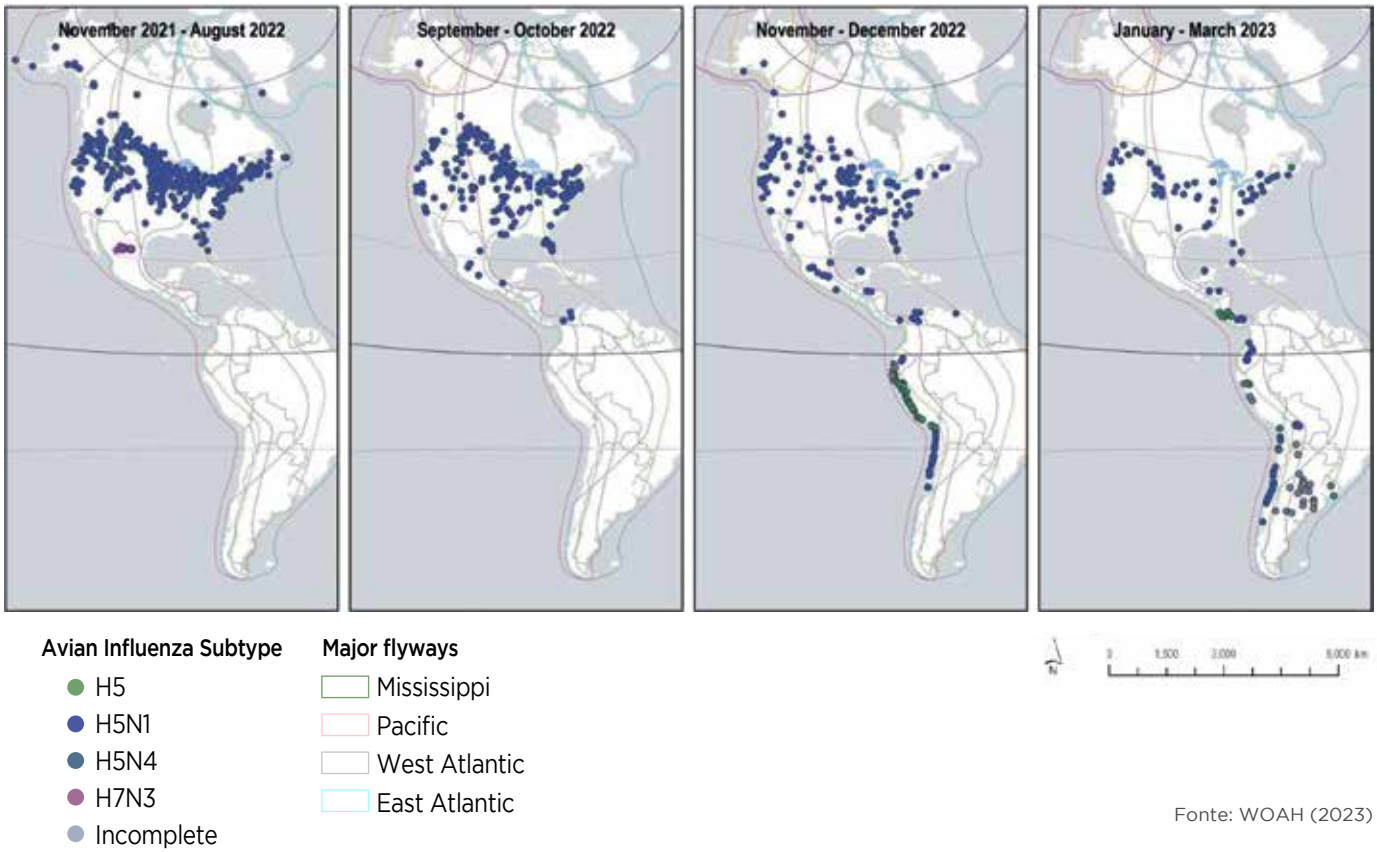
Em 2022, o Brasil exportou 4,43 milhões de toneladas de carne de aves, gerando uma receita de US$ 8,90 bilhões. A China, a Arábia Saudita e o Japão são os principais parceiros comerciais, representando praticamente 40% do faturamento. Os três estados do Sul e São Paulo são as principais origens dessa carne para exportação.

Ao refletirmos sobre o potencial impacto de uma crise sanitária sobre o Brasil, é possível mensurar que

SHUTTERSTOCK



SURTOS DE GRIPE AVIÁRIA E PRINCIPAIS ROTAS DE MIGRAÇÃO DE AVES SELVAGENS



Fonte: WOAH (2023)

ocasionaria uma retração na economia por conta da exportação e da diminuição de empregos diretos e indiretos. Há, também, a questão zoonótica: um surto de gripe aviária seria problemático agora, após o retorno das atividades travadas pela pandemia de COVID-19.

O Brasil nunca teve um caso do vírus. As medidas de segurança sanitária, os programas governamentais em sinergia com o setor privado e a intensa fiscalização proporcionam esse *status*. Há apreensão quanto a países limítrofes que registraram casos e à migração de aves selvagens iniciando-se em direção ao solo nacional.

Porém, as normas rigorosas adotadas pelo Estado, muito provavelmente, conseguirão conter o vírus caso ele entre no solo brasileiro. É imprescindível a fiscalização e que granjas privadas sempre reportem os possíveis casos de influenza aviária o quanto antes, colaborando para que estes tenham o menor impacto possível sobre o Brasil.

A TRANSMISSÃO DO VÍRUS PELA AMÉRICA

Os Estados Unidos são os maiores produtores de carne de frango no mundo. Em 2022, o país produziu 21,0 milhões de toneladas da proteína – um crescimento de 3,0% em relação a 2021. Para este ano, é esperada uma expansão de 1,3%, menos da metade do ano anterior, segundo projeções do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em inglês). Entretanto, o país passa por um grave problema sanitário com a influenza aviária (H5N1), com mais de 58,6 milhões de aves comerciais acometidos pelo vírus.

O início do segundo semestre de 2022 foi marcado pela migração das aves norte-americanas, consideradas reservatórios naturais do vírus, para o sul do continente. Com isso, o H5N1 chegou à América Latina, sendo Equador, Peru, Colômbia e Chile os primeiros países a reportar casos. Logo após a virada do ano, Bolívia, Argentina e Uruguai também relataram casos.

O Brasil reforçou as suas medidas de biossegurança, já consideradas rigorosas – visto que esses países são limítrofes –, visando ao período de migração de aves dos Andes e da Patagônia para o solo brasileiro, entre abril e maio próximos.

Como efeito da crise sanitária vivida nos Estados Unidos, o preço da dúzia de ovos no varejo praticamente quadriplicou ao longo de 2022. No Chile e na Argentina, após casos acometidos em granjas comerciais, a exportação de carne de aves foi interrompida.

O mercado avícola de postura brasileiro é substancial para a segurança alimentar. Apesar do aumento dos preços no atacado e no varejo nos últimos meses, a proteína é a que mais cresceu em consumo ao longo dos anos, além da geração de empregos (diretos e indiretos) e do atendimento a vários mercados internacionais.

A possibilidade de a gripe acometer o Brasil é iminente. Avaliamos os possíveis impactos sobre a cadeia avícola nacional e o mercado de milho considerando alguns cenários prováveis.

CENÁRIO MAIS OTIMISTA

Com a ascensão da gripe aviária nos países vizinhos, é iminente que, em algum momento, o Brasil registre casos da doença. No nosso cenário mais otimista, acreditamos em um quadro em que os relatos se restrinjam apenas a aves silvestres, sem que o vírus afete granjas comerciais.

A produção brasileira não seria afetada, e, em meio aos embargos da exportação de carne de aves em outros países, novos mercados podem ser abertos para a carne de aves proveniente do Brasil.

CENÁRIO PESSIMISTA

O vírus acometeria granjas comerciais de forma ampla, sendo necessário o abate sanitário no País. Deste modo, a possibilidade de um embargo total da exportação de carne de frango passaria a pesar, e, com sobreoferta de carne de frango no mercado doméstico, os preços tenderiam a cair no curto prazo.

As carnes bovina e suína, pressionadas pela competitividade com a carne de frango e a sobreoferta, também sofreriam impactos negativos sobre seus preços.

Além das carnes, a produção de ovos também pode ser comprometida e, em um cenário de preços já elevados por conta de um crescimento mais comedido ante o consumo em 2022, uma redução na oferta pressionaria os preços para cima.

Além das cadeias pecuárias, outro importante setor que será afetado é o de milho. A seguir, apresentamos uma breve conjuntura dos possíveis impactos sobre esse mercado.

CENÁRIO NEUTRO

Nesse cenário, teríamos focos isolados da doença em granjas comerciais em algumas regiões do País. Tal fator resultaria em recortes leves na produção. Entretanto, outras granjas poderiam suprir a oferta deficitária ao reajustar sua produção, uma vez que o ciclo de produção avícola é pequeno, com uma média de 42 dias.

Assim, presume-se que os preços teriam uma guinada positiva menor do que no cenário pessimista abordado anteriormente.

Com focos isolados, existe a possibilidade de que o bloqueio da exportação, se definido, dure um curto período de tempo.

IMPACTOS SOBRE O MERCADO DE MILHO

Apesar da expectativa de uma safra (primeira, segunda e terceira safras) recorde no País (125,0 mil toneladas), os preços do milho devem trabalhar elevados ao longo deste ano, devido às demandas doméstica e externa firmes.

Nas últimas safras (2017/18 a 2022/23), estima-se que o consumo de milho no mercado interno aumentou 36,3%, compondo 80,0 milhões de toneladas consumidos, de acordo com dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Observa-se que o setor de nutrição animal é o principal consumidor no País.

A demanda aumentou não só no mercado doméstico, mas também no mercado internacional, e a exportação brasileira de milho tem crescido ano a ano, configurando o Brasil como segundo maior exportador do cereal no mundo.

Em 2022, exportamos 43,2 milhões de toneladas – um recorde. O mercado foi impulsionado, principalmente nos últimos meses de 2022, pelo início das vendas ao mercado chinês.

Para a safra 2022/23, em função de uma série de fatores de mercado favoráveis ao nosso País (quebra de produção nos Estados Unidos, na União Europeia e na Argentina e conflito entre a Rússia e a Ucrânia), deveremos assumir o posto de maior exportador do mundo, com uma estimativa de 50,0 milhões de toneladas embarcados (segundo dados do USDA), superando os Estados Unidos.

Considerando um cenário pessimista no qual granjas comerciais seriam afetadas no País, haveria uma maior oferta de milho no mercado interno, o que, em um quadro de safra cheia, pressionaria as cotações para baixo.

Além do quadro da demanda, precisamos estar atentos à questão da oferta. A segunda safra de milho está em fase de semeadura e, em importantes regiões produtoras (Mato Grosso e Paraná), uma parte da semeadura está sendo realizada fora da janela ideal, com risco à produtividade estimada.

Assim, em um quadro otimista com relação à gripe aviária (sem efeitos em granjas comerciais), a dinâmica no mercado de milho estaria ligada, principalmente, à produção nacional e à exportação. ■

1 Médico-veterinário da Scot Consultoria
2 Zootecnista da Scot Consultoria

AVANÇOS NO MERCADO VOLUNTÁRIO DE CARBONO

FERNANDA VALENTE[1], DANIEL VARGAS[2], LILIAN KINGSTON[3]

O Mercado Voluntário de Carbono (MVC) segue em evolução. Ferramentas como bolsas digitais, tokens *de carbono, mecanismos de precificação e contratos futuros padronizados são estruturas que podem contribuir para a uniformização, a transparência e a segurança do regime de trocas, permitindo que o mercado de carbono se torne mais eficaz e estimulando a criação de pontes entre regimes de troca de carbono até então isolados.*

O MVC trata da comercialização de créditos de compensação para as entidades que não necessitam, de maneira compulsória, compensar suas emissões de gases do efeito estufa (GEE), mas que escolhem o fazer voluntariamente.

A estrutura desse mercado envolve: (i) desenvolvedores de projetos, que representam a primeira parte do MVC, estabelecendo os projetos que emitem créditos de carbono; (ii) compradores finais, que representam o outro extremo do MVC, sendo companhias ou consumidores individuais que se comprometem a compensar suas emissões de GEE; (iii) intermediários, que conectam a oferta e a demanda por créditos de carbono no MVC; e (iv) entidades responsáveis por certificar os projetos que atendem os objetivos e os volumes de emissão declarados – os *standards* – e que representam uma parte exclusiva do MVC.

Apesar de bem estabelecidas as funções de cada uma das partes que operam no MVC, há uma sobreposição de papéis que é característica desse mercado e que, por sua vez, resulta em uma falta de transparência. Adicionalmente, os créditos certificados, que são livremente negociáveis, possuem características únicas que são definidas por escopo de projeto, localização geográfica e qualificação dos *standards* de certificação. Nesse contexto, a padronização se torna um desafio que é refletido na ampla variedade de preços observada no MVC.

Na busca por maiores transparência e padronização no MVC, algumas plataformas de negociação – bolsas digitais de carbono – têm surgido. A existência dessas plataformas é relativamente recente, mas a utilização da tecnologia *blockchain* para a realização de transações nesse mercado, mediante a criação de *tokens* de carbono comercializáveis, é ainda mais recente.

Vale destacar que a tecnologia *blockchain* consiste, basicamente, em um registro imutável de transações, acessível para qualquer um que tenha interesse em consultar esse histórico de movimentações, formando uma cadeia cronológica de informações. O uso desse tipo de tecnologia está atrelado aos *tokens* de carbono, que, assim como os créditos tradicionais, também representam a compensação das emissões de 1 tonelada de dióxido de carbono equivalente (CO_2 eq.). Contudo, os *tokens* diferenciam-se dos créditos tradicionais por armazenarem uma quantidade extensa de informações acerca do crédito comercializado – desde detalhes de certificação de terceiros e monitoramento de projetos a registros do histórico de transações.

AVANÇOS NAS TRANSAÇÕES NO MVC

Logo após o surgimento do MVC, as negociações ocorriam majoritariamente por meio de intermediários que representavam uma grande parte da liquidez desse mercado. Em um mercado emergente, os intermediários ofereciam sua experiência e seus serviços de consultoria como um adicional ao propósito de ajudar seus clientes a cumprir seus compromissos de compensar emissões. Apesar de oferecerem muitas vantagens, como risco reduzido e gerenciamento das necessidades do comprador ao longo do tempo, os intermediários, na prática, levam, muitas vezes, a assimetrias de mercado e ausência de transparência nos preços.

Paralelamente ao mercado de balcão, operações bilaterais entre consumidor final e desenvolvedores de projetos também passaram a dominar o cenário das transações no MVC. Por um lado, nesse caso, tem-se a possibilidade vantajosa de ambas as partes estabelecerem o preço das transações de maneira direta, evitando taxas e outros custos adicionais inerentes ao envolvimento de outras partes. Por outro lado, esse tipo de operação pode ocorrer de maneira lenta e expor as partes a riscos, como, por exemplo, o não cumprimento das obrigações contratuais e a determinação de preços em desacordo com um "valor justo" devido ao limitado acesso às informações de mercado.

Enquanto muitas transações ainda ocorrem de maneira privada ou em ambientes paralelos, uma evolução natural do MVC tem sido o desenvolvimento de plataformas de negociação especificamente voltadas para transações de créditos de carbono. Todas as bolsas digitais de carbono têm o mesmo objetivo: a viabilização da comercialização de créditos de carbono. Entretanto, apesar do objetivo comum, nem todas as bolsas digitais são iguais. As mais renomadas bolsas – AirCarbon Exchange (ACX), Carbon Trade Exchange (CTX), Toucan Protocol e Xpansiv CBL, entre as bolsas

com maior volume de transações de créditos de carbono – podem ser distinguidas por critérios objetivos, como o tamanho mínimo e os tipos de contrato na plataforma, e subjetivos, como a acessibilidade e a conveniência (ver boxe).

À medida que o MVC segue na direção da transparência e da padronização da sua estrutura de mercado, essa evolução também se reflete na eficiência de preços e contratos. Com a iminência das operações em bolsas de créditos de carbono, dois mecanismos ganharam espaço nessa estrutura de mercado: a precificação *project-by-project* e a inserção de contratos futuros padronizados.

A precificação via mecanismo de *project-by-project* permite que o emissor de créditos de carbono ofereça o seu inventário, expondo as características do projeto e o preço de venda. Desta forma, o desenvolvedor de projetos é capaz de alcançar uma ampla variedade de potenciais compradores e, adicionalmente, validar o seu preço de venda em relação às demais ofertas e ajustá-lo com base na oferta e na demanda em tempo real, garantindo transparência para compradores e vendedores e assegurando eficiência de mercado.

Já a inserção de contratos futuros padronizados no âmbito do mercado de carbono representou outro passo importante, uma vez que fornece uma referência de qualidade e elimina divergências de preços observadas nos mercados paralelos e bilaterais. No contexto do mercado de carbono, exemplos relevantes de tal inovação são os contratos futuros padronizados lançados pela Xpansiv CBL: Global Emissions Offset (GEO), Nature-Based Global Emissions Offset (N-GEO), Sustainable Development Global Emissions Offset (SD-GEO) e Core Global Emissions Offset (C-GEO).

Sendo assim, bolsas digitais, tokenização, ferramentas de precificação justa e inserção de contratos futuros padronizados são mecanismos que podem contribuir para a uniformização, a transparência e a segurança do regime de trocas, permitindo ao mercado de carbono expandir o seu escopo e campo de atuação. Esse caminho da construção de padrões mais seguros e transparentes pode ajudar o MVC a superar barreiras culturais/locais. Assim, o MVC vai se desmistificando e se tornando mais acessível para agentes econômicos, estimulando a criação de pontes entre regimes de troca de carbono até então isolados.

As recentes evoluções evidenciam que o caminho para a construção de um mercado eficaz parece demandar um regime mais uniforme de definição e verificação dos créditos de carbono, o desenvolvimento de contratos menos diversos (ou mais padronizados), o desenvolvimento de uma infraestrutura de negociação e pós-negociação, a criação de um consenso sobre o uso apropriado dos créditos de carbono, a transmissão clara dos sinais de demanda com objetivo de gerar encorajamento aos desenvolvedores de projetos e mecanismos para assegurar a integridade do mercado. ■

PRINCIPAIS BOLSAS DIGITAIS

A Xpansiv CBL, fundada em 2019 e atual líder do mercado de carbono, possui uma plataforma na qual foram negociados mais de 120 milhões de toneladas de CO_2 eq. em 2021. Adicionalmente, a Xpansiv CBL detém a posição de bolsa digital com o maior volume de negociação de créditos de carbono, possuindo mais de quatrocentos participantes no seu mercado e tendo 36% de participação no MVC em 2021. Essa plataforma serve tanto aos compradores do MVC, quanto aos do mercado regulado.

Já a ACX, sediada em Singapura e também lançada em 2019, conta com uma base de clientes com cerca de 130 organizações, cinco diferentes tipos de contrato e seis classes de *token* de carbono, cujos preços variam de acordo com a classe. Os *tokens* de carbono de projetos do escopo de casa e comunidade são os mais dispendiosos – custando cerca de US$ 9,00 por *token* –, enquanto os *tokens* oriundos de projetos do escopo de energia renovável são os mais acessíveis – sendo negociados por pouco mais de US$ 1,50. Assim como a Xpansiv CBL, a ACX também opera tanto no mercado regulado, quanto no MVC.

Lançada em 2009 no Reino Unido e em 2010 na Austrália, a CTX foi uma das primeiras bolsas a operar no mercado global de carbono. Ela permite a negociação de créditos certificados por diferentes *standards*, como o Gold Standard (GS), o Verified Carbon Standard (VCS) e o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC, na sigla em inglês). As negociações nessa bolsa ocorrem em quatro moedas – libra esterlina, dólar norte-americano, dólar australiano e euro –, com um preço médio de US$ 3,30 e sob a condição de um volume mínimo de 100 toneladas de CO_2 eq. por transação, valor dez vezes inferior ao mínimo exigido pelas demais bolsas.

O Toucan Protocol, lançado em 2020, tem uma trajetória bem diferente das demais bolsas digitais de carbono. O contexto de idealização dessa plataforma insere-a em um movimento global de investigação das possibilidades e das portas abertas pela tecnologia de *blockchain*. De fato, o Toucan apresenta a ponte entre bolsas digitais e a tokenização de créditos de carbono, promovendo a transformação de unidades de carbono verificadas em *tokens*, conectando-se a qualquer fonte de compensação de carbono, como a Verra e o GS. Atualmente, o preço médio de 1 *token* de carbono operado no Toucan é de US$ 1,00.

Diferentemente da ACX e da Xpansiv CBL, a CTX e o Toucan Protocol atendem somente o MVC, motor da geração de créditos de compensação.

1 Pesquisadora do Observatório de Conhecimento e Inovação em Bioeconomia da Fundação Getulio Vargas (OCBio/FGV) – fernanda.valente@fgv.br

2 Coordenador do OCBio/FGV e professor da Escola de Economia de São Paulo da FGV (FGV EESP) – daniel.vargas@fgv.br

3 Estagiária do OCBio/FGV – liliankingstonfreitas@gmail.com

DESMISTIFICANDO A GOVERNANÇA CORPORATIVA

ALEXANDRE JOSÉ NEGRINI DE MATTOS*

Governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas são dirigidas, monitoradas e incentivadas visando atingir seus objetivos e a proteção dos direitos das partes interessadas. A complexidade da estrutura de governança dependerá da complexidade do negócio, havendo sempre espaço para boas práticas e comportamento ético.

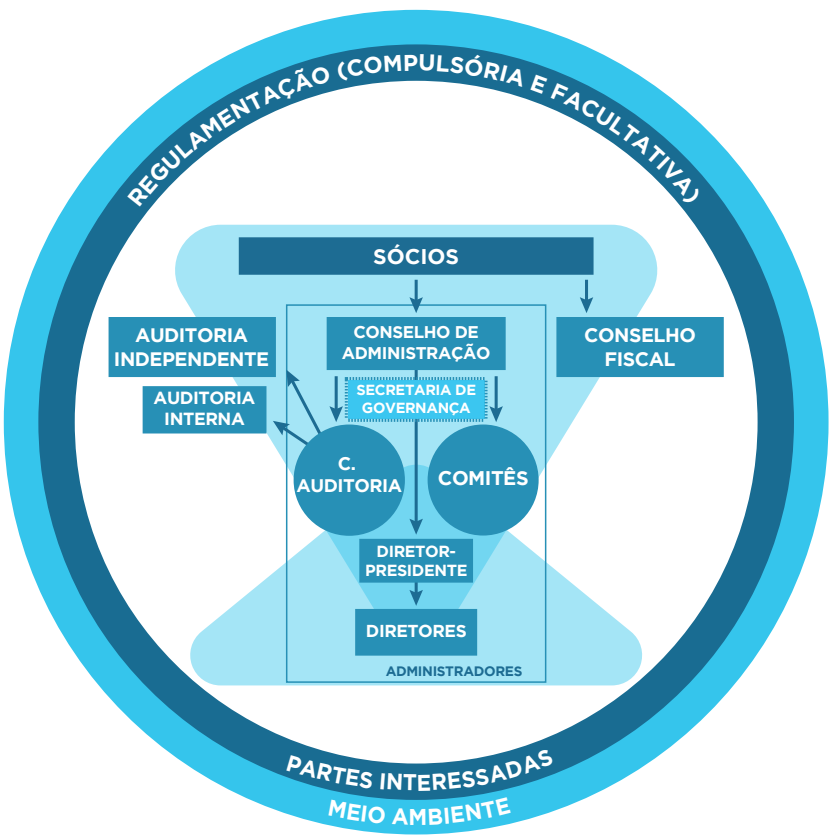
A EXPRESSÃO "governança corporativa" pode ser definida como o sistema pelo qual as empresas são dirigidas, monitoradas e incentivadas visando atingir seus objetivos e a proteção dos direitos das partes interessadas (sócios ou acionistas, empregados, fornecedores, governos e comunidades afetados pelo negócio).

As boas práticas de governança são orientadas por princípios como integridade, transparência, equidade, responsabilidade e sustentabilidade, transformando-os em ações concretas. Essas boas práticas vão desde a separação do patrimônio da pessoa física e da sua empresa ou seu negócio até a estruturação de mecanismos sofisticados de monitoramento, controle e gestão de risco.

Em grandes empresas, os sócios/acionistas geralmente elegem um Conselho de Administração, encarregado pela orientação geral dos negócios, pelas tomadas de decisão relevantes para os negócios e pela eleição de diretores responsáveis pela execução desses objetivos. No desempenho de seus papéis, os diretores e conselheiros (administradores) têm como deveres: agir sempre no interesse da companhia, com diligência e lealdade; e informar.

Além do Conselho de Administração e da Diretoria, também são considerados pilares da governança os comitês de assessoramento do Conselho, as auditorias independente e interna e o conselho fiscal. No entanto, a

CONTEXTO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA CORPORATIVA



Fonte: Código Brasileiro de Governança Corporativa/IBGC

complexidade da estrutura formal de governança dependerá da complexidade de cada negócio.

A complexidade dos negócios é uma função do tamanho, das atividades desenvolvidas e da estrutura de capital. Assim, uma empresa pequena que atua no ramo específico da agricultura e que funciona com o investimento de um único sócio terá uma estrutura formal de governança e regulamentações mais simples do que uma grande empresa exportadora, que utiliza capital de bancos e investidores para financiar as suas atividades. Se a empresa negociar as suas ações em uma Bolsa de Valores, a complexidade aumenta ainda mais.

A título de ilustração, a Tabela 1 apresenta a relação de algumas empresas ativas com foco de atuação no cultivo de cana, café, soja e milho e o percentual dessas empresas, que são, em realidade, micro e pequenos empresários.

Como pode ser visto, uma parcela relevante das empresas que atuam nos cultivos de cana, café, soja e milho é de micro e pequenas, podendo não fazer sentido a implantação de sistemas complexos de governança (como, por exemplo, Conselho de Administração, comitês, conselho fiscal e auditorias), dado o seu custo e as formalidades que poderiam engessar o negócio.

No entanto, embora uma estrutura formal e robusta de governança, muitas vezes, seja desnecessária ou inviável, algumas práticas simples podem fazer a diferença no sentido de proporcionar proteção, melhores custos e oportunidades para produtores e empresas do agronegócio.

Nesse sentido, a separação das contas pessoais do negócio e a escrituração contábil adequada fornecem maiores informações para os bancos e as seguradoras, podendo proporcionar melhores taxas de financiamento e menores preços de prêmios de seguros.

O cumprimento das legislações trabalhista e ambiental evitará autuações e exposição pública (como, por exemplo, as recentes autuações por trabalho escravo divulgadas na mídia) e proporcionará oportunidades de certificações (exs.: Selo Agro Mais Integridade e Bonsucro). O respeito aos contratos gera confiança de que acordos futuros serão também cumpridos e, portanto, haverá melhores condições de contratação.

A atenção aos riscos proporciona proteção de custos e receitas ante a sazonalidade do mercado de *commodities* agrícolas. Assim, o produtor que celebra a venda de sacas de café para entrega em seis meses protege a sua receita ao celebrar uma venda futura da mesma quantidade de sacas de café na Bolsa caso o preço do café caia.

Esses são apenas alguns exemplos de como as boas práticas de governança funcionam, garantindo a harmonia das relações nas quais produtores e empresas estão envolvidos e a sustentabilidade dos negócios no longo prazo, com impacto direto sobre o valor do negócio. A Tabela 2, a seguir, tangibiliza o impacto das boas práticas de governança.

Portanto, a governança corporativa não é um conceito abstrato e apaixonado, mas sim ações práticas e reais, cabíveis a qualquer tipo de negócio (independentemente da estrutura formal) e que geram valor na medida em que aumentam a credibilidade e a preocupação com a sustentabilidade no longo prazo. ■

TABELA 1 – ESTRUTURA DE EMPRESAS DE CULTIVO DE CANA, CAFÉ, SOJA E MILHO

RAMO DE ATIVIDADE	Empresas ativas*	% de micro e pequenos empresários
Cultivo de cana-de-açúcar	9.049	20
Cultivo de café	1.585	43
Cultivo de soja	8.583	36
Cultivo de milho	937	50

*É importante destacar que esse número não inclui os produtores rurais não formalizados como empresas
Fonte: Mapa de Empresas (2023)

TABELA 2 – IMPACTO DAS BOAS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA

AÇÕES		Impacto	Resultado	
Comportamento ético	Boas práticas de produção	Clientes dispostos a pagar mais	Receita	+
	Respeito às pessoas	Atração de bons profissionais	Custo (eficiência)	-
	Cumprimento de contratos	Melhor condição contratual	Custo	-
	Cumprimento de contratos e informação	Melhores taxas de financiamento	Despesas financeiras (custo de capital)	-
	Respeito à legislação	Menos litígios	Despesas/ provisões	-

Fonte: elaboração própria

*Advogado com experiência em agronegócio, mestre e doutor em Contabilidade e Controladoria pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP) e gerente de Governança, Riscos e Conformidade na São Martinho S/A – ajnegrini@hotmail.com

AS OPÇÕES PARA A FORMATAÇÃO DOS NEGÓCIOS NO AGRO

ANDRÉ RICARDO PASSOS DE SOUZA*

Como aplicar os marcos regulatórios estruturais para a boa governança nos negócios no campo? Qual é a melhor formatação jurídica para a gestão dos empreendimentos dentro e fora da porteira?

PARTINDO DA legislação existente, podemos desenvolver o tema sob um olhar focado nas características de cada empreendimento existente na cadeia do agronegócio, tomando por base não só as especificidades das atividades, mas também a existência dos riscos a serem administrados em prol da continuidade dos negócios no campo e na cadeia ampla do agronegócio, entre outros fatores.

E como o gestor dos negócios no campo – tanto de dentro da porteira, como de fora – pode valer-se da legislação para escolher o melhor formato para as suas atividades? Existem muitas variáveis a serem exploradas e avaliadas, mas, certamente, alguns direcionamentos que dizem respeito ao próprio negócio são fundamentais nessa compreensão sobre a melhor formatação do negócio no campo.

Podemos começar, portanto, com a avaliação do que denominamos como "superestrutura" para a realização dos negócios. Fazer os negócios por meio da pessoa física (PF) do produtor rural ou por meio de um produtor rural pessoa jurídica (PJ)? Qual das duas formas de atuação se deve utilizar se o negócio é dentro da porteira? E nos negócios fora da porteira, como comercialização, exportação, financiamento, logística, tecnologia, serviços, entre tantos outros?

Mais perguntas do que respostas assaltam a mente do leitor neste exato momento, mas os marcos regulatórios existentes para o que denominamos como "eixo de gestão estrutural e de governança" nos dão algumas pistas importantes para a definição em primeira mão do que utilizar para embasar juridicamente o modelo de negócios praticado no campo.

Assim é que, combinando os marcos regulatórios existentes para os diversos eixos de gestão, mas, avaliando-se, principalmente, as questões que envolvem as necessidades de governança, financiamento (alavancagem, inclusive) e foco no mercado, podemos inferir, conforme o Quadro 1, algumas correlações mais imediatas para a definição da superestrutura a ser utilizada pelo gestor na realização de negócios no campo dentro e fora da porteira.



SHUTTERSTOCK

Notem que, numa simples análise do Quadro 1, podemos inferir, de pronto, que, a depender da atividade a ser praticada pelo empreendedor do campo (de dentro ou fora da porteira) ou a depender do mercado a ser atingido ou da atividade a ser desenvolvida, a superestrutura jurídica (ou seja, a forma de o empresário e/ou o próprio produtor rural atuar) – se por meio do seu próprio Cadastro de Pessoa Física (CPF) ou por meio da criação de um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) – deverá obedecer à regulação do Código Civil e às demais normas e regulamentos existentes para a prática da respectiva atividade.

Em um segundo momento, ainda em se tratando de superestrutura, a depender do mercado a ser atingido – como, por exemplo, nas atividades de exportação direta de produtos adquiridos no mercado ou, até mesmo, de produção própria, que só admitem realização por meio de um CNPJ devidamente autorizado e inscrito no Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX) –, o empreendedor, certamente, vai precisar optar pela constituição de uma empresa comercial exportadora, sob a forma de sociedades por ações, por quotas de responsabilidade limitada.

Além disso, esse empreendedor poderia optar, nessa atividade ou ramo (comercialização para o exterior e/ou importação de insumos para revenda no mercado nacional), por constituir, até mesmo, uma *trading company*. Esta, segundo o que consta no Decreto-Lei nº 1.248/72, deve necessariamente ser criada como uma sociedade anônima – a chamada "S/A", que é regida no Brasil pela Lei nº 6.404/76 e pelas suas respectivas atualizações.

Assim, percebe-se que muito da formatação da superestrutura jurídica dos negócios na cadeia ampla do agronegócio vai derivar, em primeiro lugar, do quanto está disposto e/ou permitido na legislação.

Por outro lado, entre as hipóteses pelas quais o empreendedor no campo (dentro ou fora da porteira) pode optar, podemos trabalhar com uma espécie de *checklist* prática para saber de qual superestrutura vai se utilizar esse empreendedor e/ou aplicar aos seus negócios. Ele pode fazê-lo tanto a partir da legislação vigente que regula os tipos de atividades e as suas respectivas formatações, quanto a partir do *benchmark* de mercado a depender do negócio e/ou do mercado de colocação dos produtos.

É muito importante, ainda, que o gestor tenha em mente, considerando as duas situações, outras variáveis para estabelecer a melhor formatação do negócio no âmbito da cadeia ampla do agronegócio, conforme indicado no Quadro 2.

Desta forma, podemos concluir que, para a definição da superestrutura jurídica a ser utilizada ao realizar negócios no campo, é de suma importância que o gestor se atente aos marcos regulatórios em primeiro lugar e que, a partir deles, possa aplicar as variáveis existentes conforme a *checklist* do Quadro 2. O gestor deve observar, também, as possibilidades a serem manejadas no campo a fim de obter a melhor formatação para o seu negócio em termos de, por exemplo, custos transacionais, estruturais e/ou fiscais.

Por outro lado, é importante dizer que continuaremos abordando o tema sob a perspectiva da gestão e dos marcos regulatórios estruturais e de governança, além de combiná-los com os modelos de negócios existentes, custos transacionais e fiscais e aspectos de governança. O objetivo é que o gestor no campo possa sempre aplicar a legislação de regência do Direito Empresarial do Agronegócio, da melhor forma possível, em prol dos seus negócios e da sociedade. Até lá e bons negócios! ■

QUADRO 1 – GUIA PARA A FORMATAÇÃO DO NEGÓCIO

NEGÓCIO/MERCADO	Empresa/produtor rural	
Atividades desempenhadas antes ou depois da porteira	Empresa agropecuária (PJ)	Pessoa física (PF)
Produção agropecuária, florestal, piscicultura etc.	SIM	SIM
Comercialização, logística e industrialização	SIM	NÃO
Exportação direta	SIM	NÃO
Prestação de serviços em geral	SIM	SIM
Instituições financeiras (financiadores)	SIM	NÃO

Nota: "SIM" significa que se pode optar por essa formatação para os negócios e "NÃO" significa que não se pode optar por essa formatação, tudo com base na legislação vigente

QUADRO 2 – *CHECKLIST*: VARIÁVEIS ADICIONAIS PARA A DEFINIÇÃO DA SUPERESTRUTURA DE NEGÓCIOS

Custos fiscais e transacionais: tributos incidentes e alíquotas, custos de registro, transacionais e *compliance* (conformidade)
Governança e sucessão: nível de governança exigido e aplicável, além de potenciais questões sucessórias que podem interferir na continuidade do negócio e na gestão de risco
Captação de recursos: obtenção de linhas de financiamento, utilização de capitais de terceiros via emissões no mercado de capitais, potenciais novos sócios e formação de *joint ventures* (contratos de associação) etc.
Mercadológico: *benchmarks* de mercado, flexibilidade de atuação e adaptação às condicionais conjunturais, além de formas de atração de recursos humanos

* Professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e sócio-fundador do Passos e Sticca Advogados Associados (PSAA)

HEDGE COM OPÇÕES PARA COMPRADORES DE MILHO

LUIZ CLÁUDIO CAFFAGNI*

Avicultores, cerealistas e processadores de milho viram suas margens estreitarem-se com o aumento do preço do milho. Os descasamentos entre preço de compra de milho e preço de venda de frango, ovos e derivados de milho podem gerar prejuízos e devem ser encarados sob a ótica de gestão de risco. No artigo da edição de março, mostramos como um produtor de milho pode proteger-se contra a queda do preço da commodity*; neste artigo, as opções serão utilizadas para que os compradores de milho possam gerir o risco de alta do preço.*

OS DERIVATIVOS são utilizados para proteção contra variações indesejadas de preços (*hedge*), especulação (operadores que não têm relação com o ativo) e arbitragem (operadores de distorções em mercados correlacionados).

A lógica dos derivativos para os agentes que procuram proteção (*hedgers*) é compensar prejuízos no mercado à vista por meio da posição em bolsa. Por exemplo, um comprador de milho que realizou uma operação de *hedge* terá a diferença financeira compensada na sua operação de derivativo caso o preço à vista do milho suba.

Os principais mercados de derivativos são os mercados a termo, futuro e de opções. Cada modalidade de derivativo é utilizada em situações específicas pelos diferentes agentes dos diversos mercados.

No mercado de opções, o comprador paga um valor no início da operação (chamado de prêmio) para estabelecer uma barreira de preço (contra alta ou queda). Quando essa barreira é ultrapassada, o vendedor da opção é obrigado a pagar a diferença, mas, caso o preço não ultrapasse o limite, o vendedor da opção lucra o prêmio pago pelo comprador.

A vantagem do mercado de opções é a possibilidade de, por exemplo, um avicultor adquirir uma opção de compra que estabelece um preço máximo do milho acima do qual receberia a diferença (do vendedor da opção). Por outro

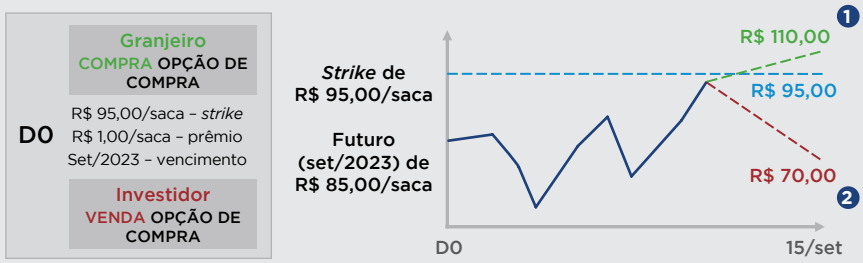
OPERAÇÃO DE OPÇÃO DE COMPRA OU CALL DE MILHO

- Em D0 (*vide* gráfico), um granjeiro decide proteger-se contra uma alta no preço do milho. Para tanto, compra uma CALL (opção de compra) na B3 para setembro próximo pelo preço máximo (preço de exercício ou *strike*) de R$ 95,00 por saca, pagando R$ 1,00 por saca (de prêmio). Assim, o granjeiro adquiriu o direito de receber a diferença de valor entre o preço da bolsa e o *strike* no caso de o preço do milho na B3 subir acima do *strike*. O vendedor da CALL, por sua vez, assume a obrigação de pagar a citada diferença em troca do recebimento antecipado do prêmio de R$ 1,00 por saca.
- Ainda em D0 (gráfico), o preço futuro do milho para setembro próximo estava cotado a R$ 85,00 por saca. O granjeiro decidiu proteger-se a um *strike* mais alto (R$ 95,00 por saca) para não pagar um prêmio muito caro.

Hipóteses no vencimento:

1. Imagine que, em setembro próximo, o preço na B3 suba para R$ 110,00 por saca. Nesse caso, o granjeiro exerce a opção e o vendedor da CALL paga para ele R$ 15,00 por saca (diferença entre R$ 110,00 e R$ 95,00). Porém como o comprador da CALL já havia desembolsado R$ 1,00 por saca na compra da opção (em D0), o valor líquido gasto pelo vendedor da CALL será de R$ 14,00 por saca.
2. Caso o preço em setembro caia para R$ 70,00 por saca, a opção deixa de existir e o granjeiro adquire milho mais barato no mercado à vista e o vendedor fica com o prêmio de R$ 1,00 por saca.

OPERAÇÃO DE OPÇÃO DE COMPRA (CALL)



Fonte: elaboração pelo autor

lado, se o preço cair, o seu contrato de opção deixaria de existir e ele compraria milho no mercado à vista, mais barato.

O boxe mostra uma operação de opção de compra (ou CALL) de milho.

HEDGE DE COMPRA COM OPÇÕES PARA UM AVICULTOR DA REGIÃO DE MARINGÁ

No mercado de *commodities,* diferentemente do mercado financeiro, a magnitude e o comportamento dos preços nas praças da produção, em relação à região de referência de preço adotada pela bolsa de futuros, são de extrema relevância para a estruturação de políticas de *hedge* de compradores e vendedores.

A única certeza em operações com *commodities* é que os *hedges* nunca são perfeitos. Mesmo assim, as *tradings* globais, inclusive as brasileiras, não deixam de se proteger, pois é melhor a proteção imperfeita do que proteção nenhuma!

Ou seja, quando os agentes observam o preço da bolsa, precisam saber o que significa aquele preço, **em média**, levado à sua região de origem.

Para montar o *hedge* de compra de milho com opções para setembro próximo na região de Maringá, é necessário, primeiramente, estabelecer o diferencial[1] médio entre o preço da B3 (que reflete Campinas) e o preço de Maringá.

Sob essa ótica, a edição de fevereiro da ***Agroanalysis*** trouxe a tabela dos diferenciais de milho da região de Maringá em relação a Campinas[2].

Note que os diferenciais são negativos, o que significa preços mais baixos em Maringá em relação aos preços de Campinas.

Considerando que, no final de março último, o preço do milho na B3 para o mês de setembro próximo estava cotado a R$ 85,00/saca, e, utilizando o diferencial médio de setembro de 2022, de -R$ 7,60/saca, o avicultor sabe que, **em média**, o preço da B3 transferido para Maringá seria em torno de R$ 77,40/saca (R$ 85,00/saca - R$ 7,60/saca).

Com isso, ao adquirir uma CALL para setembro próximo a R$ 95,00/saca, pagando R$ 1,00/saca de prêmio, estabeleceria um limite para a compra de milho a **R$ 88,40/saca** (R$ 95,00/saca (*strike*) - R$ 7,60/saca (diferencial) + R$ 1,00/saca (prêmio)).

Se o preço da B3 subisse para R$ 110,00/saca, ele ganharia líquido R$ 14,00/saca (*vide* cenário 1 no boxe). Mas, ao adquirir o milho em dezembro no mercado à vista em Maringá, desembolsaria ao redor de R$ 102,40/saca (R$ 110,00/saca (bolsa) - R$ 7,60/saca (diferencial)), que, em adição aos R$ 14,00/saca, resultariam nos mesmos **R$ 88,40/saca**, exatamente o limite de compra que havia sido estabelecido no início da operação.

Porém, se o preço da bolsa despencar para R$ 70,00/saca (*vide* cenário 2 no boxe), o contrato de opção deixaria de existir ("viraria pó") e o avicultor compraria milho mais barato, o que resultaria em um desembolso total aproximado de R$ 63,40/saca (R$ 70,00/saca (bolsa) - R$ 7,60/saca (diferencial) + R$ 1,00/saca (prêmio)).

Nota-se que as operações de opções estabelecem barreiras – nesse caso, de alta de preço –, mas, caso o preço de mercado caia, o comprador adquire milho mais barato no mercado à vista.

Por fim, deve-se salientar que os diferenciais não são estáveis (diferentemente do exemplo apresentado) e variam conforme as dinâmicas locais de oferta e demanda. Deste modo, recomenda-se adicionar às estimativas de *hedge* margens que devem levar em conta a sua variabilidade. ■

DIFERENCIAIS MÉDIOS DE PREÇO DO MILHO ENTRE MARINGÁ E INDICADOR ESALQ/B3
(R$/SACA)

	2020	2021	2022
Julho	-R$ 8,55	-R$ 7,72	-R$ 7,41
Agosto	-R$ 9,67	-R$ 3,64	-R$ 5,82
Setembro	-R$ 9,84	-R$ 6,90	-R$ 7,60
Média anual	-R$ 9,35	-R$ 6,08	-R$ 6,94

Fontes: Cepea/Esalq/USP; Deral; elaboração pelo autor



SHUTTERSTOCK

[1]No mercado de derivativos, esse mesmo conceito chama-se **base**, que significa a diferença entre o preço à vista e o preço futuro do mesmo ativo

[2]Para os diferenciais de Mato Grosso, consulte a edição de março último

*Consultor em crédito e derivativos, membro do Conselho de Administração da Sombrero Seguros, *partner* da Archer Education e professor dos Programas de Pós-Graduação Lato Sensu da Universidade Presbiteriana Mackenzie e da Fundação Getulio Vargas (FGV) – luiz@archereducation.com.br

BALANÇO DA SOJA EM 2022 E AS PERSPECTIVAS PARA 2023

ABIOVE
Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais



DANIEL FURLAN AMARAL
Economista-chefe da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE)

AS SURPRESAS fizeram parte do dia a dia da soja em 2022. A primeira delas foi a confirmação das fortes perdas decorrentes de problemas climáticos na região Sul. A safra 2021/22, de início estimada em 144,1 milhões de toneladas pela ABIOVE, teve uma drástica redução para 125,3 milhões de toneladas. Uma baixa dessa magnitude implicaria um risco elevado para a atividade industrial brasileira caso as exportações do produto *in natura* se mantivessem nos ritmos históricos observados.

O cenário ganhou contornos marcantes já em dezembro de 2021, quando o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) determinou a mistura mínima obrigatória de biodiesel no diesel comercial em 10% (B10) para o ano seguinte. Naquele momento, a orientação do governo federal para a mistura havia mudado. Após quase cinco anos de crescimento ininterrupto, a adição de biodiesel retrocedia para o patamar de março de 2018. Porém, dessa vez, a capacidade instalada já era suficiente para atender a mistura de 15% (B15), em virtude do cronograma de crescimento gradual aprovado pela Resolução CNPE nº 16/18. A consequência foi uma ociosidade industrial sem precedentes.

Para a cadeia produtiva de soja, essa decisão teve um profundo impacto. Em 2021, 4,6 milhões de toneladas de óleo de soja foram destinados à produção de biodiesel. Trata-se de uma quantidade ainda mais importante em face do consumo doméstico total de 8,0 milhões de toneladas. Ou seja, o esmagamento de soja dependia, em grande medida, da demanda derivada da produção de biodiesel.



SHUTTERSTOCK

CENTRO DE GRAVIDADE DAS EXPORTAÇÕES MUDA PARA A ÁSIA

Em 2022, o elemento positivo deu-se quando as exportações de óleo de soja tiveram um rápido crescimento. Como a quebra de produtividade do óleo de palma no Sudeste Asiático e a eclosão do conflito entre a Rússia e a Ucrânia no Leste Europeu restringiram o óleo de girassol, o óleo de soja brasileiro ganhou espaço no mercado internacional. Índia, Bangladesh e outros países da Ásia responderam por quase três quartos das exportações brasileiras de 2,6 milhões de toneladas, 57% acima do ano anterior.

As exportações de farelo de soja também tiveram um bom desempenho em 2022 quando em comparação a 2021. A demanda dos países asiáticos cresceu para 9,9 milhões de toneladas (+24%). A União Europeia, que era o maior destino brasileiro, ficou na segunda colocação, com compras de 9,0 milhões de toneladas (+13%). Ao todo, o Brasil exportou 20,4 milhões de toneladas (+19%).

O centro de gravidade das exportações nacionais de derivados mudou para a Ásia. Isso foi determinante para a atividade industrial em 2022. Com um novo recorde, o esmagamento de soja bateu 50,9 milhões de toneladas. A exportação do grão, mesmo chegando a notáveis 78,7 milhões de toneladas, foi menor do que a projetada diante do mercado internacional fortalecido


SHUTTERSTOCK

para os produtos industriais. Assim, a safra 2021/22 foi reavaliada em 129,9 milhões de toneladas.

Para 2023, os números são otimistas para os grãos de soja. A ABIOVE projeta a produção de 153,6 milhões de toneladas, com recuperação da tendência histórica de produtividade, além da expansão da área cultivada. Também há expectativa de exportar 92,3 milhões de toneladas, que devem suprir uma parte da crescente demanda internacional e compensar a elevada perda da safra argentina.

Para a indústria, o mercado pode registrar um novo recorde de esmagamento, com 52,5 milhões de toneladas. Para isso, conta-se com um novo aumento das vendas externas de farelo de soja ao patamar de 20,7 milhões de toneladas. No caso do óleo, o maior vetor de demanda deve vir do aumento da mistura de biodiesel recém-aprovado pelo CNPE em 12% até o final do ano. Projetadas em 2,2 milhões de toneladas, as exportações permanecem relevantes.

Esse quadro pode mudar. O consumo doméstico de proteínas animais, por exemplo, pode gerar uma demanda adicional por farelo de soja e impulsionar o esmagamento. O crescimento da China, em contrapartida, pode aumentar a demanda por soja em grão e, possivelmente, retomar as compras de farelo, visto o recente acordo fitossanitário assinado com o Brasil. De toda forma, os estoques finais de 2023, projetados em 11,0 milhões de toneladas, são suficientes para atender a demanda.

LIÇÕES TIRADAS DAS EXPERIÊNCIAS DE 2021 E 2022

Desses episódios, algumas lições podem ser tiradas. Primeiro, quanto ao fato de a indústria brasileira mostrar a capacidade de se organizar com rapidez para suprir mercados internacionais em expansão, apesar dos gargalos recorrentes de infraestrutura e logística. Entretanto, essa expansão decorreu, em parte, de problemas no exterior. Assim, é fundamental a negociação de novos acordos comerciais que deem segurança e previsibilidade para o exportador brasileiro se desenvolver com planejamento.

Segundo, tem-se a importância das políticas públicas para fortalecer a produção e o consumo de biodiesel no Brasil. O quadro atual abre uma janela de oportunidade para o Brasil se tornar o maior exportador mundial de farelo de soja, com destino seguro para o óleo de soja. Em se tratando de um país que importou 25% das suas necessidades de diesel comercial em 2022, a substituição desses volumes por um biocombustível nacional reduzirá as emissões de gases do efeito estufa e a poluição atmosférica e gerará mais empregos e renda internamente.

Por fim, cabe lembrar que o cenário geopolítico ainda traz incertezas sobre a economia brasileira, tal como se verificou com as dificuldades nas importações de diesel mineral, que suscitaram consultas emergenciais ao setor produtivo durante a entressafra sobre a capacidade de ele entregar volume com a mistura de 15% (B15). Nesses momentos, com parque industrial moderno e eficiente aliado a políticas regulatórias estáveis, as crises ficam atenuadas, ao menos no que se refere às seguranças alimentar e energética. Por isso, o fortalecimento da indústria é um requisito necessário a ser considerado, haja vista a importância do farelo proteico e do biodiesel nesses aspectos. ■

RASTREABILIDADE NA PRODUÇÃO BOVINA NO BRASIL

A RESPOSTA PODE ESTAR MAIS PERTO DO QUE SE IMAGINA



FRANCISCO BEDUSCHI NETO
Engenheiro-agrônomo e líder da National Wildlife Federation (NWF) no Brasil

UM ESTUDO sobre as megatendências na pecuária para 2040 do Centro de Inteligência da Carne Bovina (CiCarne), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), ressalta temas como sustentabilidade, profissionalização e digitalização, destacando que:

- as fazendas vão se tornar empresas por necessidade;
- os consumidores irão pressionar a produção para adotar procedimentos que garantam a sustentabilidade; e
- os frigoríficos ficarão mais exigentes no monitoramento socioambiental das fazendas.

Assim, a rastreabilidade passa a ser uma peça-chave na estrutura produtiva das cadeias. Mas será que o Brasil está preparado?

Para cumprir essa nova exigência, a solução ideal seria a rastreabilidade individual dos animais, indo do nascimento ao abate e ao prato do consumidor. Mas esse sistema enfrenta um desafio enorme, pois a cadeia produtiva é complexa e dividida em fases. Normalmente, há as fazendas de cria e recria (chamadas de "fornecedores indiretos", pois não têm relação comercial com os frigoríficos) e as fazendas de engorda (chamadas de "fornecedores diretos", pois vendem animais para os frigoríficos).

Assim, quando se fala em rastreabilidade individual do gado, a cadeia tem mais perguntas do que respostas sobre:

- quem custeará a implementação e a manutenção do sistema;
- quem fará a gestão do sistema; e
- quem terá acesso às informações.

Essas perguntas são todas válidas e têm de ser debatidas, mas, como o mercado precisa de respostas, a solução é trabalhar com o que já está pronto. Como os frigoríficos já monitoram a conformidade socioambiental dos fornecedores diretos, principalmente na Amazônia, o próximo passo é incluir os fornecedores indiretos.

Nesse ponto, a Guia de Trânsito Animal (GTA) pode ser uma grande aliada como documento oficial das transações entre diferentes produtores e entre produtores e frigoríficos, pois traz informações sobre a origem e o destino do lote.

Assim, a partir do cruzamento das informações da GTA com as do Cadastro Ambiental Rural (CAR), será possível analisar as condições das propriedades envolvidas de fornecedores indiretos. É a chamada rastreabilidade por lote, que pode ajudar muito a pecuária nacional a dar uma resposta imediata e mais abrangente sobre a produção.

Com grande vantagem, a GTA pode ser usada nacionalmente, sem trazer custos adicionais aos produtores. Quando se unem o CAR e a GTA, as regularidades sanitária e ambiental andam lado a lado, trazendo benefícios mútuos. Um bom exemplo é a Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (ADEPARÁ), que só emite a GTA após consultar a regularidade do CAR da propriedade no site da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS). É possível fazer isso sem expor as informações pessoais dos produtores e cumprindo rigorosamente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

A rastreabilidade por lote é a solução de melhor custo-benefício no curto prazo enquanto a rastreabilidade individual é desenvolvida. Portanto, já que a sustentabilidade é uma das megatendências, ou se demonstra comprometimento e progresso para manter o acesso ao mercado, ou se começará a perder espaço para quem fizer a lição de casa. A decisão está nas mãos da cadeia de valor da pecuária brasileira. ■

A National Wildlife Federation apoia o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro

A National Wildlife Federation foi fundada em 1936 e há mais de 40 anos desenvolve o programa internacional, que combina conhecimentos nas áreas de economia, recursos naturais, ciências de dados, além de direito internacional e ecologia tropical, para promover soluções baseadas no mercado e apoiar o desenvolvimento sustentável do agronegócio ao redor o mundo.

Atualmente, no Brasil, a NWF desenvolve projetos na cadeia de valor da produção pecuária nos biomas Amazônia e Cerrado e trabalha, baseando-se na ciência, para promover soluções viáveis e resultados onde todos ganham: o mercado, a sociedade e o planeta.

A nossa equipe trabalha com frigoríficos que querem avançar na implementação de políticas de compra, no monitoramento de critérios socioambientais e na comunicação de resultados ao mercado. Também apoia produtores que pretendem aprimorar seus indicadores socioambientais; varejistas que focam na sustentabilidade e querem melhorar os resultados de suas cadeias de fornecimento; e instituições financeiras que planejam dar suporte aos diferentes elos da cadeia de produção da carne no mesmo sentido.

A NWF desenvolve soluções pragmáticas e economicamente viáveis para impulsionar práticas agrícolas sustentáveis e aliar produção e conservação. Isso tudo para ajudar o Brasil a continuar sendo um dos mais importantes produtores de alimentos do mundo e, ainda, conservar suas florestas!

Conheça a nossa equipe no Brasil



Francisco Beduschi	Katiuscia Moreira	Rodrigo Lopez	Iago Mendes	Larissa Ikeda
Eng. Agrônomo Líder da NWF no Brasil	Eng. Florestal Líder Técnica	Zootecnista Especialista em Agronegócio Sustentável	Eng. Florestal Cientista de Dados	Geógrafa Especialista em Engajamento Corporativo

Para saber mais, visite: internacional.nwf.org
Ou escreva para: internacional@nwf.org

AGRONEGÓCIO EM 2023: BOAS PERSPECTIVAS E MUITAS PREOCUPAÇÕES



FÁBIO DE SALLES MEIRELLES

Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)

O AGRONEGÓCIO deve exibir uma produção recorde e contribuir significativamente para o crescimento da economia brasileira neste ano. É nesse contexto que precisamos entender o que ele representa para o desenvolvimento do País e exigir políticas consistentes do governo federal.

A expectativa é de que, neste ano, o crescimento do setor agropecuário seja o maior dos últimos anos, com uma expansão de 6,00% a 8,00%. O agronegócio como um todo, depois de recuar 4,22% em 2022, deve voltar a crescer acima de 2,00%. Em meio a esse resultado e ao seu papel no abastecimento nacional, esperamos que a atual administração federal busque pacificar o relacionamento com os produtores rurais.

Mesmo depois de três meses da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da sua equipe ministerial, ações propostas pelo novo governo só aumentam o seu distanciamento do agronegócio.

O presidente já vinculou, de forma genérica e, por isso, irresponsável, o setor ao desmatamento florestal. Mais recentemente, o presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), em viagem oficial à China, associou o desmatamento da Amazônia ao agronegócio. Os posicionamentos maculam a imagem do setor, podendo impactar negativamente as exportações e as negociações internacionais em curso.

Quanto à política agrícola, temos observado dificuldades de acesso aos créditos de custeio e de investimento e discussões desanimadoras sobre o próximo Plano Agrícola e Pecuário (PAP) no que tange aos instrumentos de crédito e seguro rurais.

Também nos preocupam propostas como a da reforma tributária, com a criação de uma alíquota única para a produção agropecuária, a tentativa de imposição de limites para a exportação de carnes, setor onde o Brasil é líder mundial, além do fatiamento do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), que, agora, não tem mais a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e o Cadastro Ambiental Rural (CAR) sob o seu guarda-chuva.

Outra questão que afasta o Governo do agro é a sua convivência com movimentos que vêm intensificando invasões de terra. Em pouco mais de dois meses, o número de invasões em terras produtivas superou os registros dos últimos quatro anos. E, mesmo diante dos acontecimentos, nada de efetivo foi feito pelo Governo para evitar esse crime.

Nas últimas semanas, o presidente vem amenizando o discurso e tem falado em "tratar bem" o setor. Entendemos que, para esse objetivo, o Governo deve encarar o agro como estratégico para o crescimento do País, considerando a sua participação na produção de superávit comercial, no equilíbrio da balança de pagamentos, na geração de empregos no interior, no controle da inflação de alimentos, entre outros.

Para tanto, defender e respeitar os nossos direitos constitucionais é fundamental. A partir disso, deve-se fomentar investimentos em pesquisa agropecuária e modais de transporte, buscar negociações comerciais bilaterais e estimular os instrumentos de crédito e gestão do risco agropecuário. Com segurança no campo, um ambiente mais favorável aos investimentos e políticas consistentes, o Brasil pode beneficiar-se ainda mais do setor que mais vem contribuindo para o seu desenvolvimento social e econômico. ■



PRODUZIR

SINAL AMARELO PARA A REFORMA TRIBUTÁRIA E OS FUNDOS ESTADUAIS

SÉRGIO BORTOLOZZO
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

SÃO VISÍVEIS as dificuldades do setor público – municípios, estados e União – em equilibrar as contas e manter a arrecadação em níveis para cumprir as despesas obrigatórias e investir naquilo que a sociedade precisa. Porém, as dificuldades existentes não podem servir de base para um novo erro, de onerar áreas cruciais da economia, como a produção de alimentos e o agronegócio.

Dois fatos tornam esse cenário preocupante: o avanço das legislações estaduais destinadas a cobrar mais impostos sobre o agronegócio e a reforma tributária (RT) em discussão no Congresso Nacional (CN). Um grande esforço para modificações nessas propostas apresentadas está sendo feito pela SRB e, principalmente, pela Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

Os principais países do mundo protegem sem aumentar a taxação da produção agropecuária. No caso do Brasil, com participação do agronegócio em cerca de 27% do Produto Interno Bruto (PIB), esse tratamento diferenciado é mais essencial para garantir empregos e rendas, mantendo alimentos mais baratos para a população e impedindo o avanço da desigualdade social. As versões apresentadas da RT trouxeram sugestões inaceitáveis, como o aumento da carga fiscal para a cesta básica. Por meio de diálogo com a classe política, confiamos no bom senso do relatório da RT, previsto para ser apresentado na segunda quinzena de maio próximo, em coerência com a importância do agro no País.

Ao mesmo tempo, seguimos atentos aos movimentos por parte de governos estaduais. Em um debate recente promovido pela SRB, pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) mostraram que pelo menos dezesseis estados brasileiros já aprovaram algum tipo de legislação para reduzir benefícios fiscais ou aumentar a cobrança de tributos sobre o agronegócio. Isso poderá causar prejuízos com consequências gerais para a sociedade. Algumas leis já passaram por revisões recentes, como no caso do estado de Mato Grosso, que lidera o *ranking* na produção de soja, milho e bovinos no País.

A origem do problema é uma decisão aprovada pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ) em maio de 2016, chamada de Convênio nº 42. A regra autorizou estados e o Distrito Federal a condicionarem benefícios fiscais nos depósitos para fundos específicos. Já em funcionamento, a maioria refere-se a investimentos em infraestrutura e programas sociais.

A concorrência desses fundos fica prejudicada. Os agricultores que plantam uma mesma *commodity*, por exemplo, terão condições financeiras diferentes. Como nem todas as Unidades da Federação (UFs) adotaram o aumento de tributação ao agro, os ganhos anuais para seus cofres já chegam a R$ 1 bilhão. Não se pode aceitar que essas decisões sejam tomadas sem que haja um diálogo prévio com o setor e uma reflexão sobre os prejuízos futuros para toda a sociedade.

Por esse motivo, a SRB está engajada na pressão junto aos poderes Executivo e Legislativo, com iniciativas jurídicas para minimizar os efeitos negativos das novas legislações no agro. Vamos, juntos, dialogando sempre em defesa do setor que vem garantindo o alimento na mesa, no Brasil e no mundo. ■

"As versões apresentadas da RT trouxeram sugestões inaceitáveis, como o aumento da carga fiscal para a cesta básica."

OPINIÃO

PROGRAMA FEAP/PSA INCENTIVA PRODUTOR RURAL A ADOTAR PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS

ANTONIO JUNQUEIRA
Secretário da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo



INCENTIVAR PRÁTICAS sustentáveis e encorajar a conservação de áreas naturais são prioridades para a Secretaria de Agricultura e Abastecimento. E, agora, temos mais uma ferramenta para auxiliar os produtores rurais a alcançarem essas metas. O Programa FEAP/PSA – Pagamento por Serviços Ambientais já é uma realidade na busca por promover a preservação ambiental e garantir uma produção agropecuária sustentável a longo prazo.

Com o programa financiado pelo Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (FEAP), os produtores recebem uma compensação financeira por serviços ambientais prestados, como preservação da mata ciliar, conservação do solo e de nascentes, proteção da fauna e da flora e manutenção de áreas verdes.

O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é uma prática cada vez mais utilizada como forma de reconhecer e remunerar o produtor rural pelos benefícios gerados à sociedade na conservação de áreas naturais e do ecossistema.

A ideia por trás desse conceito é simples. Ao pagar por esses serviços, a sociedade incentiva a preservação e a conservação e ajuda a garantir benefícios importantes para as próximas gerações. Além disso, o PSA pode ser uma fonte de renda para comunidades agrícolas, que já são, naturalmente, as guardiãs do ecossistema.

No entanto, o PSA ainda é uma prática relativamente nova, e há muitos desafios a serem superados. É importante estabelecer mecanismos justos e efetivos, que garantam que as comunidades locais sejam remuneradas de maneira adequada pelos serviços de manutenção e preservação ambiental. Também é preciso assegurar que os benefícios dos serviços ambientais sejam compartilhados de maneira equitativa entre todas as partes interessadas.

É nesse contexto que a Secretaria de Agricultura e Abastecimento põe à disposição as linhas de crédito do FEAP. Este é uma ferramenta de política pública do governo de São Paulo para apoiar e financiar o desenvolvimento do agronegócio no estado. Agora, graças à Deliberação CO-4, de 27 de fevereiro último, que estabelece critérios, limites e condições de subvenção para a operacionalização do Programa FEAP/PSA, o Fundo também passa a se destacar no financiamento de projetos de PSA em áreas rurais de São Paulo.

O apoio dar-se-á na forma de uma concessão de subvenção econômica correspondente ao reembolso parcial das despesas efetuadas pelos produtores rurais na adoção das práticas recomendadas. Estes devem estar enquadrados como beneficiários e deter uma autorização de execução de prática reembolsável emitida pela Secretaria de Agricultura, por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

Apesar dos desafios, o PSA é uma abordagem promissora para a conservação da natureza e que está sendo implementada em todo o mundo com sucesso. É uma maneira viável economicamente de preservação ambiental com geração de renda e emprego.

Por esses motivos, a Secretaria de Agricultura seguirá trilhando tal caminho, sempre com um olhar para as necessidades dos produtores rurais, da segurança alimentar e de ações e programas que garantam um Planeta melhor para as futuras gerações. ■

"O Programa FEAP/PSA – Pagamento por Serviços Ambientais já é uma realidade na busca por promover a preservação ambiental..."



REFLEXÃO

O TEMPO E O VENTO

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Como o tempo custa a passar
quando a gente espera.
Erico Verissimo

SOB AS chuvas torrenciais do final do verão de 2023, com nesgas de sol que alegram as plantações, ao som dos festejos das calhas, sentimos o tempo. Afinal, são cinquenta anos da Revolução Verde brasileira, com a nossa Ciência montando o boi bravo dos trópicos, trazendo-o à ponta dos dedos e desbravando terras até então desconhecidas sob o quente bafo dos ventos tropicais.

Meio século de esforços e vida desses craques brasileiros que alimentam o seu povo e atendem outras 800 milhões de pessoas no mundo!

Refletir sobre essa saga, com capítulos de agricultores sulistas* desbravando Mato Grosso, fazendo florescer o Cerrado brasileiro e transformando o Brasil, é muito estimulante. Fez-se a hora, sem esperar...

Neste ano, também serão comemorados os cinquenta anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e do primeiro choque do petróleo, que despertou o Programa Nacional do Álcool (Proálcool), acordando o gigante verde tropical, que fez a história do biocombustível! Fatos e histórias que precisam chegar aos brasileiros.

Neste séc. XXI, em processo de revolução global digital, a velocidade das mudanças e os seus impactos sobre o mundo e os países são difíceis de acompanhar. Para o Brasil, o agro está iniciando outros grandes impactos – no tempo.

A inspiração de Erico Verissimo, gaúcho, ao escrever "quando os ventos da mudança sopram, umas pessoas levantam barreiras, outras constroem moinhos de vento", é profunda e explica muito. Os ventos ou a onda da reglobalização terão uma força demolidora para os que esperarem encastelados e poderão ser uma alavanca oportuna para os que instalarem seus moinhos. A escolha é tudo!

O Brasil, claramente, faz-se no dia a dia da sua Revolução Verde, sem subsídios e proteções. O nosso agro tem raízes – e não âncoras –, que vão sendo trocadas, mas que ficam nos solos em processo de enriquecimento, agregando matéria orgânica e fixando CO_2. Há uma percepção mais aguda dos consumidores urbanos brasileiros de que o agro é fundamental, ao mesmo tempo que os homens do campo percebem a relevância urbana dos serviços, dos empregos e da força consumidora.

Se não fosse o ranço ideológico que arrasta todos, mesmo os que não querem ser arrastados, esse protagonismo e as suas ações seriam mais objetivos e voltados ao interesse brasileiro de crescer.

Independentemente das complexas conjunturas global e nacional, em que a geopolítica eventualmente prega peças – como o velho sendo a novidade ou o futuro –, as potências mundiais recuam às conquistas globais e países emergentes são tremendamente impactados. A volta das inseguranças alimentar e energética reacende um lado defensivo do político, que, segundo Nietzsche, divide os seres humanos em duas classes: instrumentos e inimigos.

O agro reflete ideais e grandezas fundamentais para a construção do Brasil. Afinal, ele convive, no seu dia a dia, com os humores do tempo, do clima e da tecnologia, que, por sua vez, dependem dos investimentos e da Ciência, estes ligados à capacidade criativa do ser humano.

Nessa verdadeira "ode" a Erico Verissimo, fica a seguinte parte do seu texto: "...o rumo da liberdade não tem caminhos cruzados...". ■

"Há uma percepção mais aguda dos consumidores urbanos brasileiros de que o agro é fundamental..."

*Contribuição dos sulistas para o sucesso do domínio do Cerrado brasileiro

fgv.br/mba

MBA EXECUTIVO EM ECONOMIA E GESTÃO:
AGRONEGÓCIO

FORMAÇÃO MULTIDISCIPLINAR PARA LIDERAR POTÊNCIAS ECONÔMICAS

Um setor que desempenha expressiva participação na economia brasileira precisa de profissionais completos, atualizados às ferramentas de gestão e, principalmente, preparados para soluções práticas, inovadoras e ousadas.

CONHEÇA O CURSO.
NAS MODALIDADES
PRESENCIAL E LIVE.

INSCREVA-SE



MBA FGV
É MAIS QUE MBA. É FGV.

Position Paper

VISÃO DA INOVAÇÃO E DA COMPETITIVIDADE DO AGRONEGÓCIO



Acesse o Position Paper 2023

abag
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO

30 ANOS PELO DESENVOLVIMENTO DO AGRO